

A CONSTRUÇÃO E AS ARTES AO TEMPO DE D. SESNANDO.

PARTE 2: COIMBRA E MONTEMOR NO SÉCULO XI

Manuel Luís Real

CITCEM – UP / IEM – UNL
manuelluisreal@gmail.com

Paulo Almeida Fernandes

CEAACP – UC / IEM – UNL
pauloalmeidafernandes@gmail.com

ABSTRACT

D. Sesnando's rule over a vast territory, between the rivers Mondego and Douro (1064-1091), entailed a rupture with the previous framework of territorial management, in which a considerable part of this land was nominally bound to Muslim authorities. After the definitive conquest of Coimbra, there was a period of intense change in the landscape and of enhancement of humanized geography, in which the *alvazil* Sesnando moved more intensely.

This article seeks to address the reality of construction and the arts during D. Sesnando's time. Based on documental sources that mention various types of heritage, the first part of the paper offered an analysis of the territory. It also included an introduction to the city of Coimbra, between the Muslim invasion of 711 and the eve of the 1064 conquest. In addition we present an overview of the performance of the *dux* Sesnando.

Keywords: Medieval town; High Middle Ages; Mozarab; Coimbra; Montemor-o-Velho.

RESUMO

O governo de D. Sesnando sobre um vasto território, entre os rios Mondego e Douro (1064-1091), significou uma ruptura em relação ao quadro de gestão territorial anterior, em que parte considerável desta imensa área esteve nominalmente vinculada a autoridades muçulmanas. Após a conquista definitiva de Coimbra, registou-se um período de intensa alteração da paisagem e de reforço da geografia humanizada na qual o *alvazil* Sesnando mais intensamente se moveu.

O presente artigo procura abordar a realidade construtiva e artística ao tempo deste governante. Com base na documentação que menciona várias tipologias patrimoniais, a primeira parte do artigo foi dedicada à análise do território e incluiu uma introdução à cidade de Coimbra, entre a invasão muçulmana de 711 e as vésperas da conquista de 1064. Segue-se uma panorâmica da obra do *dux* Sesnando.

Palavras Chave: Cidade medieval; Alta Idade Média; Moçárabe; Coimbra; Montemor-o-Velho.

É provável que após a reconquista de Fernando Magno se tenha promovido uma série de novas construções. Porém, existe um grande silêncio a esse respeito. A única igreja da cidade que, com base documental, pode ser atribuída a D. Sesnando situar-se-ia “*in illo loco quem vocitant Mirleos*”, mas tem sido controversa a sua exacta localização. No testamento do alvazil, lavrado a 15 de Março de 1087, este deixou diversos bens “*ad illam ecclesiam novam quam edificavi in Colimbria*” (LP 19). Entre os objectos móveis doados à sua nova fundação, contam-se duas terças partes dos vasos em prata e todos os de ouro para, com eles, se fazerem frontais, cruces, cálices, vestes eclesiásticas e o mais necessário ao “ornamento” da referida igreja. A partir dos ditos vasos de ouro deveria também fazer-se uma cruz menor, para nela se colocar a relíquia do Santo Lenho, então à guarda do prior da Sé. Certa passagem do documento ensina-nos que tal igreja estava ainda a ser construída e, se bem que de modo vago, até alude à sua futura conclusão. De facto, D. Sesnando deixou ainda vacas e cavalos de sua casa, expressamente, para que “*consument illam ecclesiam, edificando... usque sit de meo consumata*”¹.

O problema da localização deste templo reside no facto de existir uma segunda versão do testamento que, embora confirmando situar-se no lugar “*quem vocitant Mirleus*”, acrescenta que tal templo era “*vocitatum ad Sanctum Michaellem archangelum*”. Outro dado que chama a atenção é o desejo manifestado por D. Sesnando para que o templo fosse servido por monges e que o seu abade viesse a ser escolhido criteriosamente e logo confirmado, para, em conjunto, celebrarem por sua alma: “*inquirant abbatem bonum com suis fratribus, et mittant ei ho in suo iudicio, et omnia hec sursum sonant, ad illa ecclesiam, pro remedio anime mea*” (LP 78). Tem alguma lógica a dedicação do templo ao arcanjo S. Miguel, já que este era frequentemente invocado na hora da morte, por se considerar que a ele competia separar os puros dos amaldiçoados, para que fossem conduzidas ao Céu as almas daqueles que, em vida, se apresentaram como bons cristãos. E tal obra piedosa, no dizer do fundador da igreja dos Mirleus, destinava-se precisamente “*pro remedio anime mea*”. Daí não ser estranha a invocação do arcanjo, apesar desta não aparecer na versão datada do testamento. Há quem opine que se trataria da igreja da alcáçova, onde, a partir de certa altura, D. Sesnando terá passado a residir². A invocação de S. Miguel não seria deslocada, neste contexto, dadas as características guerreiras do arcanjo. E recentemente, a partir de uma planta antiga do edifício dos Estudos Gerais, A. Filipe Pimentel até chega a reconstituir a planta da presumível capela palatina (PIMENTEL 2005: pp. 230-246 e 260-265). Do ponto de vista meramente planimétrico, pode considerar-se que tal reconstituição não oferece razões para excluir uma hipotética correspondência à época de D. Sesnando. Podem ser encontrados modelos parecidos anteriores ao século XII, por exemplo, em Santa Maria da Corticela (Santiago de Compostela) ou na cripta de San Salvador de Leire (Navarra). Esta tese encerra, todavia, algumas dificuldades, reconhecidas aliás pelo próprio autor: 1) apesar de poder existir uma capela anterior no tempo, o primeiro documento que se refere a um oratório dedicado a S. Miguel é de 1326, ou seja, já depois das reformas de D. Dinis para a instalação da Universidade; 2) não é perceptível qual seria o respectivo acesso, embora pudesse ser lateral; 3) a orientação do presumível templo seria inversa relativamente à regra canónica. A estas observações acrescentamos ainda mais dois motivos que nos levam a duvidar de tal hipótese: 4) no meio de tantas alusões a igrejas alto-medievais de Coimbra, não existe qualquer referência a um templo cujo patrono fosse S. Miguel, à excepção da referida versão do testamento de D. Sesnando; 5) parece pouco provável, senão inadmissível, que, no interior do reduto militar e zona palatina, o alvazil quisesse fundar um mosteiro, tal como é mencionado na versão acima descrita³. No seu estudo sobre o cenário urbano de Coimbra, Jorge de Alarcão discorda dos argumentos de António F. Pimentel e atribui, mesmo, pouca importância à versão não datada do testamento, por poder ser uma minuta e, como tal, ter sofrido alterações de conteúdo.

1 A outra versão do testamento parece ser mais fiel e correcta nesta parte: “*usque sit inde consumata*” (LP 78)

2 Existe um arco de aparência bastante arcaica na zona palatina, mas não foi possível relacioná-lo claramente com uma presumível obra sesnandina (PIMENTEL 2005: pp. 245-246).

3 Este será um decisivo contra-argumento, a par da orientação anticónica da cabeceira.

Todas estas dificuldades e o facto de a alusão ao sítio dos Mirleus – de acordo com a documentação disponível – poder abranger a área urbana situada entre a igreja de S. Salvador e o antigo Colégio de S. Paulo, vários autores têm opinado que a fundação sesnandina, afinal, pudesse corresponder à igreja de S. João de Almedina (SIMÕES 1870: p. 27; DAVID 1943: pp. 19-21; REAL 1974: pp. 46-61; ALARCÃO 2008: pp. 104-110). Para tal, é necessário admitir uma posterior desistência da invocação de S. Miguel constante da versão não datada ou, simplesmente, considerar como irrelevante o testemunho desta última, como sugere Jorge de Alarcão. Numa tentativa de não deixar a descoberto todas as alternativas que se afigurem possíveis, deixamos ainda outras hipóteses. Em primeiro lugar, sugerindo que o projecto do mosteiro de S. Miguel tenha sido pensado para o local onde se veio a instalar posteriormente a colegiada de S. Pedro, mesmo defronte do hospital/albergaria dos Mirleus. Em segundo, admitindo a possibilidade do mosteiro sesnandino se integrar no próprio complexo episcopal de S. João, mas com identidade própria. Em terceiro, considerando-o como antecessor do mosteiro de S. Jorge, na margem esquerda do Mondego e junto à mata dos Mirleus, cuja igreja pode ter evoluído de orago no momento da vitória da corrente romano-cluniacense.

Na primeira hipótese, teríamos de admitir que a construção foi travada após a morte do alvazil (1091) e a substituição do prior D. Martinho Simões pelo bispo D. Crescónio, na sequência da vitória da corrente gregoriana. A ser assim, a obra entretanto interrompida poderia ter dado lugar a um diferente instituto religioso, de inspiração cluniacense, que esteve na base da referida colegiada. A escultura figurativa da igreja de S. Pedro, da qual subsistem copiosos elementos no Museu Nacional de Machado de Castro, demonstra bem o peso dessa tendência cluniacense.

Deve assinalar-se, porém, que a corrente ornamental de inspiração beneditina, com “assinatura” estilística cluniacense – do tipo S. Pedro de Rates ou Santa Justa de Coimbra – esteve também presente na reforma românica de S. João de Almedina, posterior a 1130, como o deixam entrever algumas das peças que se conservam com informação de tal proveniência. O edifício hoje ocupado pelo Museu é aquele que, por sua vez, também mais elementos arqueológicos e artísticos nos legou da época do cônsul Sesnando. Ele pode ser herdeiro de um avoengo paleocristão, pois veio a implantar-se sobre as ruínas do antigo fórum romano, onde provavelmente o culto pagão terá sido substituído após a vitória do cristianismo. E o testemunho de Vergílio Correia de que, em escavações no museu, encontrou esculturas de estilo dito “visigodo”⁴, leva-nos a pensar que, já no início da alta Idade Média, aí surgiu um templo construído provavelmente de raiz, mas que pode ser o resultado da remodelação de algo anterior. Hoje em dia, desconhecem-se quais serão as verdadeiras peças “visigodas” de S. João, tal como acontece para muitas outras que deram entrada no museu. Mesmo desconhecendo-as em concreto, é provável que fossem produção dos finais do séc. VIII ou princípios do IX, tal como acontece com a maioria da escultura alto-medieval da diocese de Coimbra. As referências documentais à igreja de S. João só começam a partir de 1083 (LP 456), altura em que o culto cristão estava de regresso à Alta da cidade e que, para habitação dos bispos, lhes foi oferecido ou devolvido um dos mais prestigiados lugares da urbe – a plataforma do antigo *forum* – concorrendo, neste aspecto, com a Alcáçova condal. O próprio bispo D. Paterno terá sido inumado já em S. João de Almedina. Quanto ao primitivo paço dos bispos, situava-se na ala norte da praça, onde inclusive apareceu uma porta (cfr. ALARCÃO 2008: figs 45 e 52; ALARCÃO *et alii*, 2009: pp. 14 e 26). Relativamente ao templo, ele ficava na parte oriental e com acesso directo para a plataforma superior do criptopórtico, cuja esplanada, à época, poderia servir ainda de praça pública, dado que existiam casas particulares na ala sul⁵. No ângulo nordeste, entre a igreja de S. João e o paço, havia um claustro de feição proto-românica (fig. 1). A sua descoberta deu-se por volta de 1895-96, quando se procedia a uma remodelação nas dependências setentrionais do então palácio episcopal.

4 Em nosso entender, ligeiramente mais tardias, como se procurou demonstrar na Parte 1 deste estudo.

5 O próprio criptopórtico continuou em uso na Idade Média (ALARCÃO *et alii*, 2009: p. 70).

Em 1936, já com o edifício a funcionar como museu, a DGEMN promoveu obras de beneficiação na mesma zona e foram descobertos novos elementos da respectiva colunata, que acabou por ser reconstituída junto ao seu lugar primitivo (REAL 1974: pp. 104-106, n. 16).

A existência deste claustro, tão arcaico, remete-nos novamente para o problema da localização da “igreja nova” de D. Sesnando e o desejo por ele formulado, de criar uma casa monástica, onde se rezasse por sufrágio da sua alma. Nada impede que, na vizinhança do paço e da igreja de S. João, tivesse havido um pequeno mosteiro⁶, dotado de um oratório sob a invocação de S. Miguel – acaso virado à ala norte do claustro – e onde o alvazil até pudesse ter sido inicialmente enterrado, antes de uma eventual trasladação para a Sé, na sequência das transformações sofridas pelo palácio episcopal⁷. Mesmo junto à porta setentrional do museu, por volta de 1973, foi descoberto um capitel da época do claustro, se bem que de calcário amarelo e grão grosseiro (fig. 2). Dada a sua diferença de qualidade face aos demais, poderá estar relacionado com outra construção. Pelo teor do testamento de D. Sesnando não podemos concluir necessariamente que o templo por si fundado fosse de grande envergadura, apesar da riqueza das peças litúrgicas a ele destinadas. A esse respeito, merece recordar que o abade-bispo S. Rosendo teve igualmente o seu pequeno oratório, dedicado a S. Miguel, dentro do complexo monástico de Celanova, que dispunha de vários templos. Todavia, também não é de descartar a possibilidade de tal capitel ter pertencido antes à igreja coeva de São Salvador, dado que apareceu na rua do mesmo nome, se bem que encostado à porta do Museu.

Sucessivas campanhas arqueológicas no Museu Nacional de Machado de Castro, entre 1992 e 2007, deram a conhecer os antecedentes e a traça do *forum* da época cláudia, permitindo também uma melhor reconstituição do criptopórtico em que ele assentava. Além disso, forneceram dados inéditos sobre a ocupação da zona durante a alta-Idade Média, importantes em si, mas insuficientes para se ter uma ideia clara sobre a evolução arquitectónica neste período. Junto à fachada poente do *forum* foi identificado, por exemplo, um terraplano que “nivelava esta faixa ocidental do edifício romano pela cota em que se desenvolvia a restante praça pública” (SILVA 2014: p. 92). Este enchimento foi datado do século XI e forneceu um “considerável lote cerâmico” proveniente de contextos presumidamente pré-condais, o qual foi arrastado para o entulho desta terraplanagem, decerto coeva da obra do paço episcopal no tempo de D. Sesnando. No quadrante nordeste do *forum*, por sua vez, apareceram sepulturas escavadas na rocha junto à área onde, na mesma época, terá sido construído o claustro (CARVALHO *et alii* 2010: p. 83). Temos dúvida sobre qual a cota a que estaria o piso da clausura. Desde 1936, até quase aos nossos dias, esteve à vista um empedrado que era tido como pertencente ao claustro. No entanto, encontra-se a um nível aparentemente abaixo da primeira fiada do muro ocidental da igreja pré-românica, entretanto descoberto na antiga sala de entrada do Museu, dentro do perímetro do templo do século XII. De acordo com o resultado das escavações, não se pode ainda confirmar, ao certo, se este muro fazia parte do templo existente entre os séculos VIII e X, ou se pertenceu à igreja sesnandina, já que o nível em que assenta foi muito perturbado por enterramentos posteriores. Os parques materiais exumados apenas permitiram concluir que o edifício se construiu em data posterior ao séc. VI, sendo obviamente anterior ao século XII⁸.

6 Também o mosteiro de Santa Cruz teve anexa uma pequena casa conventual: o mosteiro de S. João das Donas. E em Santiago de Compostela, o complexo episcopal integrava desde o século IX, no seu âmbito, o mosteiro de Antealtares. E cerca de 1117, aquele já dispunha de dois claustros (LÓPEZ ALSINA 1988: pp. 141 e 250; YARZA e BOTO 2003: p. 14).

7 O pouco que se sabe sobre a sepultura de Sesnando pode encontrar-se em RIBEIRO, 1860: T. 1, p.199. O sarcófago do século XV, onde repousam os seus restos mortais, juntamente com os de um pretense sobrinho, transitou posteriormente da fachada norte da Sé para a capela de Santa Catarina, no claustro.

8 Agradecemos a Ricardo Costeira e Silva, que amavelmente nos facultou o texto que, entretanto, veio a publicar juntamente com Adolfo F. Fernández e Pedro C. Carvalho, sobre “La cerámica de importación de los contextos de época claudia del forum de Aeminium”. *SPAL – Revista de Prehistoria y Arqueología*, nº 27.1 (2018), pp. 119-143.

No Museu guarda-se uma peça que não tem sido suficientemente valorizada, mas que pode ser a chave para penetrarmos na escultura vegetalista dos obscuros séculos X e XI coimbrãos⁹. Trata-se de um elemento de friso com pontas de diamante, à moda do portal norte de S. Pedro de Rates, mas que na face oposta apresenta vestígios de uma fase anterior (fig. 3). É um friso vegetalista, dotado de ramagem peculiar e completamente distinta da utilizada pelos escultores de Coimbra durante o período da primeira ocupação islâmica, em que a influência árabe está ainda ausente da gramática ornamental. Ao invés, este friso apresenta um recorte gráfico tipicamente islâmico. Uma terceira face da pedra mostra ainda a ranhura de preparação para a assemblagem com outro silhar, fazendo crer que o friso esteve pensado para servir de apoio de cancela. A existência de uma marca preparatória de corte na pedra, que foi interrompida (cfr. a parte superior da imagem central), leva a crer que a peça se destinaria mesmo a um suporte vertical de cancela e não chegou a ser terminada. A menos que estejamos perante uma desconhecida produção palatina de origem muçulmana, subsequente à conquista de Almançor, a referida peça tem características que não contradizem a possibilidade ser contemporânea do alvazil Sesnando.

Quanto às arcadas do claustro, elas parecem integrar-se na obra levada a efeito no tempo do bispo Paterno, eventualmente ainda com o patrocínio do próprio D. Sesnando (REAL 1974: pp. 49-51). É admissível que não correspondam ao momento inicial da renovação deste conjunto arquitectónico, pois trata-se de um anexo que, regra geral, era deixado para uma fase subsequente à edificação ao templo. Mas tais elementos têm todas as características para se poderem inserir num momento anterior a 1100 ou próximo desta data. Tem existido uma certa relutância em o considerar tão arcaico¹⁰, pelo deficiente conhecimento que existe sobre as origens alto-medievais do clássico quadripórtico claustral – normalmente apresentado como uma inovação menos precoce – e pela ideia preconcebida de que todo o românico português é bastante tardio. A planta do mosteiro de Sant Gall, mesmo que interpretada apenas como um modelo ideal de abadia, demonstra que o conceito já estava formulado cerca de 830 d. C. Na verdade, ele é uma consequência da expansão da regra beneditina, relançada pela aliança entre o Império e o Papado. Mesmo que a sua progressão possa ter sido relativamente lenta no início, quanto à afinação do plano arquitectónico, a verdade é que o modelo já se encontrava perfeitamente instituído na primeira metade do século XI, como o comprovam testemunhos hispânicos preservados, mais ou menos extensamente, nos mosteiros de San Cugat del Vallés, San Pere de Rodes, San Sebastiá dels Gorgs, San Pere dela Portella, etc. Também possuíam claustros as catedrais pré-românicas de Barcelona e de Vic. Na época, algumas destas quadras até já exibiam escultura figurativa, como a do mosteiro francês de Saint Florent de Saumur, onde um documento anterior a 1011 fala da “*fabrica claustralis*”, decorada com pedras esculpidas e magníficas pinturas. Pouco tempo depois, durante o abaciado de Frederico de Tours (1022-1055), houve descatos no interior desse mosteiro e um dos intervenientes atacou as esculturas do claustro com um martelo, destruindo cabeças e membros das imagens. Também no célebre mosteiro de Santo Domingo de Silos parece ter havido um claustro anterior, onde o santo foi sepultado c. 1073, “*intra clastrum fratrum, ante portas ecclesie*”. Não se sabe como era a sua estrutura

9 REAL 1974: figs. 32 e 36. Na altura, atribuiu-se esta peça a S. João de Almedina. É provável que coincida com o elemento descrito no inventário antigo, com o n.º 2976: “Pedra apresentando num dos cantos um fragmento de decoração romana (facha [sic] estilizada). Esta mesma pedra foi depois talhada para servir num edifício românico (fragmento de friso). Finalmente foi adoptada a ombreira de porta numa construção moderna. Dimensões: [em branco]. Proveniente das demolições de S. João de Almedina em Abril de 1916.” [Livro n.º 2. *Inventário das Espécies pertencentes ao estado e existentes no Museu Machado de Castro de Coimbra*, Anos de 1915-1916, p. 34, n.º 2976]. É óbvio que alguns aspectos da descrição são confusos. No entanto, são raras as peças com três tratamentos tão distintos. Além disso, o friso com decoração românica é estilisticamente compatível com S. João de Almedina, onde existem mais pedras ornamentais afins às de S. Pedro de Rates. E a superfície da peça, com restos de pintura esbranquiçada, também se assemelha a outra pedra emoldurada, com legenda “S. João”. Agradecemos ao conservador do MNMC, Dr. Pedro Ferrão, todo o apoio prestado na confirmação de certos elementos relativos a algumas peças do Museu, das quais esta se destaca.

10 C. A. Ferreira de Almeida nas suas *Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa* (Porto, 1972), ainda influenciado pela proposta de A. Nogueira Gonçalves, chega a defender uma data posterior a 1131, para “os restos de Almedina e de Santa Cruz de Coimbra”. Posteriormente, matiza a sua posição, considerando que “há neste conjunto elementos de sabor mais arcaico” e que “algumas das suas bases e capitéis devem datar do século XI” (ALMEIDA 1986: p. 147).

e respectiva decoração, mas esta clausura era bastante antiga, pois veio a ser substituída por uma outra, com dois pisos, cuja construção decorreu durante pouco mais de um século. No entanto, a primeira fase do novo claustro, já com portentosas esculturas animalistas, remonta logo aos finais do século XI (YARZA e BOTO 2003: pp. 48-49). É preciso também não esquecer que o magnífico claustro de Moissac já estava acabado em 1100, altura em que se iniciou o, não menos reluzente, claustro de La Daurade. Mais próximo geograficamente, em Santiago de Compostela, sabe-se que Diego Gelmírez, enquanto se refugiava durante a insurreição de 1117, teve de atravessar dois claustros no trajecto do mosteiro de San Pelayo para a catedral. Finalmente, em território português, já em 1110 se fala do claustro da Sé de Braga, onde os maiorinos de D. Teresa atacaram as dependências do bispo e causaram estragos na catedral em construção.

Demonstrada a plena viabilidade de um claustro em Coimbra nos finais do século XI, há que considerar que, face às evidências recolhidas, não é possível garantir com segurança que o quadrilátero de São João de Almedina estivesse concluído no tempo de D. Sesnando. Mas é provável que o tivesse sido, senão já na altura, pelo menos em data um pouco posterior, pois subsistem mais peças do mesmo estilo que não foram aplicadas na actual reconstituição.

Daquilo que nos resta, pela pequenez das arcadas e pelo arcaísmo formal do conjunto, tudo aponta para uma cronologia bastante precoce. A primeira impressão que se colhe é a de uma extrema simplicidade e certa pobreza de meios. Já Vergílio Correia tinha assinalado o perfil arcaico das respectivas bases de coluna, cuja variada tipologia tem características pré-românicas, inclusive de influência islâmica (REAL 1974: pp. 50-51). As impostas, por sua vez, são simplicíssimas: lisas, angulosas e obliquadas, à semelhança de suas congêneres na arquitectura muçulmana, merecendo realçar-se o grande paralelismo com as do Bañuelo de Albacín, em Granada (fig. 7.3). Estas são precisamente do século XI e suportam arcaturas peraltadas, tanto de volta perfeita, como em ferradura. Dado que a actual arcada de S. João de Almedina é uma reconstituição feita a partir de elementos originais que apareceram no local, mas derribados, permanece a dúvida se os arcos teriam até originalmente a forma peraltada, como era tão vulgar na época. Quanto aos capitéis, todos eles vegetalistas e muito estilizados, têm um avoengo em exemplares classificados frequentemente como visigodos, embora susceptíveis de corresponder a um leque cronológico mais alargado (Vera Cruz de Marmelar, S. João de Azinhais; museus arqueológicos de Madrid, Córdova, Empordá, Girona, Barcelona, etc.). No catálogo dos capitéis romanos de Mérida vamos encontrar peças que podem considerar-se entre os protótipos longínquos da estrutura ornamental de base, evidenciada pelos capitéis do claustro (BARRERA e ANTON 1984: n.ºs 94-100). Também na Mérida visigoda e moçárabe se podem identificar exemplares do mesmo tipo, alguns até mais próximos, no desenho, das peças do claustro coimbrão (CRUZ VILLALÓN 1985: figs. 66-78). Um antecedente quase imediato e bem ajustado ao estilo S. João de Almedina, podemos encontrar num dos capitéis hoje musealizados no átrio da igreja de San Zoilo, de Carrión de los Condes (cfr. YARZA e BOTO 2003: p. 116). Será o único capitel exposto que parece remontar ao tempo do conde de Carrion, D. Gómez Dias, patrono do mosteiro desde cerca 1047, graças a doação do rei Fernando Magno. Dez anos mais tarde, e já viúva de D. Gómez, aí ingressou como religiosa a condessa D. Teresa. Em 1076, alinhada com a política reformadora de Afonso VI, doou Carrion ao mosteiro de S. Pedro de Cluny. E logo a seguir, na década de oitenta, começou a construir-se uma nova igreja, cuja arquitectura e ornamentação são bem mais evoluídas, já na linha das inovações que ocorriam no Caminho jacobeu, a partir de Jaca, Fromista, León, etc. (GARCÍA GARCÍA 2014: pp. 13-21). Daí que se deva considerar anterior a 1076 o capitel acima referido, que, tal como alguns dos exemplares do claustro coimbrão, apresenta um par de grandes folhas em cada face, no meio das quais emergem poderosas volutas.

Não temos dúvida, por conseguinte, em situar a obra do claustro de S. João de Almedina durante o longo reinado de Afonso VI e, quase seguramente, antes da viragem do século. Pode mesmo ter sido iniciado ainda em vida de D. Paterno, pois não revela ainda quaisquer influências do discurso ornamental

resultante da reforma gregoriana. Os documentos de 1129 e 1131, que referem obras em S. João de Almedina, devem já estar relacionados com o arranque da construção do novo templo românico, do qual estão à vista os plintos de dois pilares. É o período da transferência da capitalidade para Coimbra, da fundação do grande mosteiro de Santa Cruz e do arranque da reforma iconográfica beneditina, que deixou marcas na cidade de Coimbra, em Santa Justa, S. Pedro, S. Jorge e, também, em S. João¹¹. Muito em breve, começar-se-á mesmo a pensar na renovação da catedral edificada no primeiro quartel do século, ou seja, talvez a menos de duas décadas. Tão vigoroso momento é incompatível com o simplismo do claustro que estamos a analisar. Além do mais, logo na década de setenta, apesar da igreja românica de S. João ainda estar a ser construída, já o bispo D. Miguel Salomão investia uma considerável quantia de dinheiro, para reformar os anexos ou “casas” do paço: “*In Sancto Johanne misit CCCC. tos morabitinos, in constructione domorum*” (LP 3). Não sabemos se este foi o princípio do fim, do claustro do século XI, ou se tal ocorreu apenas na baixa Idade Média. Foi pena que a última remodelação do museu não tenha possibilitado uma análise arqueológica intensiva na área do antigo claustro¹², pois poderiam ter ficado definitivamente esclarecidas as questões aqui levantadas. Resta-nos a possibilidade de considerar a hipótese da sua concepção ter partido do próprio bispo D. Paterno, correspondendo a um desejo do cônsul Sesnando. Na sua passagem pela cátedra de Tortosa, onde se sabe que teve dificuldades devido à pressão por parte dos senhores da taifa, Paterno deve ter mantido frequentes relações com bispados a norte do Ebro. O bispo de Tortosa foi, precisamente, um dos cinco prelados que acompanharam o metropolitano Wifredo, na sagração da sé de Barcelona, em 1058 (SIMONET 1983: III, p. 652). Ora, é nessa região que se fundaram algumas das mais antigas quadras claustrais da Península e onde existe, talvez, o maior número de capitéis conhecidos, com estrutura e tipologia aparentadas aos de S. João de Almedina: Selva del Camp, Sant Pere de Casserres, Peralada, etc.¹³ Até a própria mesquita de Barbastro (Huesca) forneceu peças que, pela sua simplicidade, manifestam uma tendência semelhante às do claustro de S. João¹⁴.

Os construtores do complexo edificado de S. João de Almedina, nos finais do século XI, reservaram para outras zonas – presumivelmente para a igreja basilical – uma série de esculturas figurativas, que se contam entre as mais antigas de todo o românico português. Serão desta época, o grosseiro capitel com um primata em atitude obscena (fig. 4) e vários elementos, muito mutilados, que faziam parte de inábeis representações da figura humana¹⁵. Na recente campanha arqueológica apareceu uma cabeça de homem barbado muito tosca, em calcário branco¹⁶. Mas desde há bastante tempo eram já conhecidos vários pedaços pertencentes a uma única escultura em alto-relevo, representando um homem com barba espessa e vestes aparentemente ilustres. Além destes, ainda estava identificado um pequeno fragmento com uma porção de cabelo e o sobrolho direito, de outra figura. Fora identificado, e mantido à parte, na década de setenta do século passado, quando no laboratório de Conimbriga se analisaram todos os fragmentos reunidos para se proceder ao restauro do busto principal. Deste último, na exposição permanente do Museu Nacional de Machado de Castro apenas se encontra patente ao público a parte superior restaurada (fig. 5.1). Mas nas reservas existem mais três fragmentos que não colam e correspondem ao remate inferior da escultura,

11 Desapareceu quase toda a escultura deste período, mas além de um ou outro fragmento com figuras humanas, a que aludimos à frente, há a registar aduelas decoradas com bilhetes, uma pequena imposta ornada com típicas folhas lanceoladas e um fragmento de pilastra com a inequívoca cabeça de felino, de cujas goelas saem duas fitas com pérolas, que se entrelaçavam, à moda de S. Pedro de Rates e S. Pedro de Coimbra.

12 A breve sondagem que aí se realizou, tanto quanto sabemos, foi “negociada” já com a obra em curso, pois não faria parte do caderno de encargos.

13 É particularmente sugestiva a analogia com a dezena e meia de capitéis da colecção particular do antiquário Enric Serra Planas, reproduzida na revista de design *Architectural Digest*, nº 83, sept. 2013, p. 139. Conservam-se em Ampurdán (Girona), mas não conseguimos apurar a sua exacta proveniência.

14 Esta tendência para o simplismo formal atinge um grupo significativo de capitéis utilizados em certa arquitectura islâmica do séc. XI, em balneários, ribats e, até, mesquitas.

15 Nem todas as esculturas de S. João de Almedina serão tão arcaicas. O baixo-relevo com quatro figuras alinhadas, umas a seguir às outras, pode ter pertencido já à igreja do século XII. O mesmo acontecerá, eventualmente, com uma cabeça mal afeiçoada e gasta pelo tempo, assim como uns fragmentos representando mãos e pés humanos (REAL 1974: II, figs. 24-29).

16 Agradecemos a Ricardo Costeira da Silva o conhecimento prévio desta peça. Faz hoje parte da exposição permanente.

de um vulto humano representado a meio corpo. Trata-se de uma produção de factura muito arcaica e de difícil interpretação. Apesar de barbado, julgamos impossível reportar-se a São João Baptista, pelo tipo de traje que usa. Mais aceitável, mas também pouco verosímil, seria S. João Evangelista, o santo a quem a igreja poderia estar dedicada no século XII (LP 636). Porém, o apóstolo S. João é, regra geral, apresentado imberbe e sem vestes sacerdotais. E mesmo que se procurasse ver aqui o Evangelista barbado, de tradição oriental, não é fácil identifica-lo com o uso da dalmática (REAL 1974: pp. 57-60).

Bem mais prioritárias que a identificação da imagem, são de realçar a sua considerável antiguidade enquanto escultura de representação humana¹⁷ e, muito em particular, a constatação de um conjunto de semelhanças que o alto-relevo de S. João de Almedina evidencia relativamente a outros bustos representados num capitel-pia de Montemor-o-Velho (fig. 6), que parece ser obra do mesmo artista (REAL 1974: p. 61 e fig. 76). Desconhecemos a que edifício pertenceu, templo ou palácio. Mas deve recordar-se que a igreja de Santa Maria da Alcáçova foi fundada ou reformada pelo presbítero Bermudo, na sequência de uma dádiva do cônsul D. Sesnando. Este último estaria a cumprir uma incumbência do rei Afonso VI, para que restaurasse e povoasse o castelo de Montemor, supostamente deixado ao abandono pelos sarracenos. Pouco tempo depois, em 1095, o mesmo sacerdote legou o templo à Sé de Coimbra (LP 49). Isto deu-se quatro anos depois do falecimento do alvazil, pelo que o presente documento e a identificação desta peça figurativa contribuem decisivamente para colocar algumas das esculturas de S. João de Almedina ainda no tempo de D. Sesnando. Há que sublinhar que o alvazil devia também possuir uma casa em Montemor, na qual se encontravam algumas das cortinas ou *acitharis* que pretendia deixar, em testamento, à filha Elvira e à igreja nova dos Milreos. Além disso, no último acto de Sesnando que se conhece documentalmente, anterior à sua morte – a assembleia de Arouca, de Dezembro de 1090 – diz-se expressamente que o governante aí chegou vindo de Coimbra e Montemor (ISAAC 2013: pp. 138 e 142). É provável, por conseguinte, que ele usasse também um paço construído no castelo de Montemor-o-Velho, aliás do qual nos restam elementos de coluna, em mármore, e dois fragmentos de estuque decorado (fig. 7.1 e 8.1). A estreita ligação daquelas duas localidades ao cônsul D. Sesnando torna compreensível a relação artística entre as referidas esculturas de representação humana.

O pseudo-capitel românico de Montemor-o-Velho, talvez por alguma razão especial, foi poupado ao camartelo e terá servido como pia, pois nele foi aberto um receptáculo muito bem cuidado, decerto originalmente. Só mais tarde, talvez porque ficaram esquecidos o significado e a função da peça, é que esta foi posta de lado e sofreu importantes danos. Na origem, ela estaria decorada em três faces, uma das quais se perdeu. As duas partes conservadas mostram, cada qual, um homem de cabelos compridos, representado a meio corpo, tal como o da escultura de S. João de Almedina (fig. 6). Ambos personagens parecem trajar à civil e apresentam uma série de detalhes que se colam inteiramente ao modelo conimbricense: cara e nariz achatados; olhos protuberantes e amendoados; orelhas pequenas e enroladas nos extremos; lábios tensos e rectilíneos; têmporas muito salientes, que avançam para a testa, dando a aparência de sobrolhos carregados; dupla gola que remata em ângulo, abaixo do pescoço; drapeado ingénuo, que conjuga ranhuras e gomos paralelos, com filetes sinuosos; mão grossa e espalmada, em acto de contração. É de notar que a figura central está coroada com um diadema, podendo representar o próprio rei Afonso VI, de León e Castela¹⁸, ladeado por dois fiéis servidores. Um destes (falta o terceiro personagem)

17 A. Nogueira Gonçalves chegou a publicar esta peça, mas atribuiu-lhe o século XII, o que, como adiante se verá, nos parece impossível (GONÇALVES 1980: pp. 60 e 62).

18 Segundo Carlos de Ayala, foi seu pai, o rei Fernando Magno, “el primer monarca del que parece testimoniarse de manera indudable el uso de la diadema o corona real”. E acrescenta, em nota: “Es evidente que, aunque la corona constituía un importante símbolo de la realeza visigoda, y en este sentido su evidente recuperación por parte de Fernando I resulta muy significativa, sin embargo, la cerimonia de coronación no está probada entre los monarcas hispano-godos (AYALA MARTINEZ 2008: p. 269, n.46). A *Historia Silense* descreve a consagração de Ordonho II, mas alguns autores, com destaque para Peter Lineham, consideram que as notícias da unção dos primeiros reis podem ser fruto de manipulações posteriores, destinadas a prestigiar a monarquia astur-leonesa, entroncando-a no reino visigodo (VIÑAYO GONZALEZ 1999: pp. 59-62). Recentemente, Isidro Bango voltou ao assunto, a propósito da unção régia entre os sécs. VI e IX, sendo de opinião que, malgrado a escassez das fontes, existem dados suficientes para crer na historicidade das coroações no seio das realezas goda e astur. Adianta, inclusive, que não só é possível reconstituir o processo cerimonial, como ainda encontrar imagens com representações do acto de investidura (BANGO TORVISO 2011/12).

pode, acaso, ter sido o próprio Sesnando¹⁹. Esta hipótese leva-nos a reflectir também um pouco mais sobre o busto aparecido no Museu Nacional de Machado de Castro. A representação do homem barbado, apesar do seu ar “simiesco” – como o descreve um antigo guia do museu – apresenta-se-nos com a força de um retrato (fig. 5.1). O estudo mais cuidadoso das vestes não confirma necessariamente a figuração de um diácono ou presbítero. A presença de uma estola é bastante duvidosa, pois a faixa vertical apresenta-se numa posição demasiado centrada e falta a segunda ponta desse hipotético símbolo litúrgico. Em alternativa, é lícito aceitar tratar-se, aqui também, de um dignitário civil ricamente trajado. Num e noutro caso, poderíamos estar perante um doador ou fundador em vestes cortesãs. Na iconografia medieval, os personagens que sustentam um livro numa das mãos²⁰ e alçam a outra em atitude de contrição são, por vezes, relacionados com o tema salvífico do trânsito da alma justa para os céus. Por estarmos perante a escultura de um homem barbado, não nos parece ser a representação da alma de um defunto, mas ela pode estar a simbolizar um personagem real, que pede pela sua salvação. Será que estamos perante um patrono ou o mais alto responsável cidadão? Lembremos que Sesnando, numa das versões do seu testamento, proclamava a vontade de criar um mosteiro, para aí rezarem pela sua alma.

A consideração da possibilidade de estarmos diante do retrato de um membro da elite coimbrã, talvez mesmo do próprio *cônsul Sesnando*, encontra um fortíssimo apoio na análise estilística da peça. Começamos por adiantar que, não obstante ser uma escultura românica muito arcaica – diremos proto-românica – fomos concluindo que ela apresentava características pouco conformes à arte cristã do seu tempo. Na verdade, é um alto-relevo que assume o cariz quase de escultura de vulto e as pretensões de um retrato, com um estilo e uma forma de representação muito invulgares na arte europeia dos séculos XI e XII. Em contrapartida, este tipo de abordagem pode ser encontrado em estuques islâmicos, desde a síria omíada ao califado fatímida, que dominou o norte de África. Chegou até nós uma parte da imponente escultura que, no palácio sírio de Qasr al-Hayr al-Gharbi, encimava a zona central do pórtico de entrada (fig. 9.1). Pensa-se que será a efígie do califa Hisham I (723-742), a quem se deve a construção da fortaleza. Esta figura, monumental e hierática, tratada também quase como escultura de vulto, possui um conjunto de detalhes que lembram o personagem de S. João de Almedina. Desde logo, a cabeça esguia e o pescoço adelgado, abaixo do qual se cinge a gola de uma espécie de dalmática ou túnica curta, que em árabe era conhecida por *gubbah* ou *al-jubba*²¹. Chama a atenção o rosto ossudo, de barba aparentemente espessa (visível apenas na face direita, por a parte restante estar danificada), assim como o modo de representar os olhos e a frente, bem à maneira do artificialismo usado pelo artista que trabalhou na região de Coimbra. Mas as semelhanças não se ficam por aqui. A veste apresenta um pregueado em bandas concêntricas, havendo grande parecença, por exemplo, no modo como são tratados os ombros. E túnica curta, que cobre a roupa inferior, é também rematada por uma fita com rica bordadura. O busto coimbrão parece não ter sido tão entroncado como se apresenta na tentativa de reconstituição, em gesso, feita pelo escultor António Duarte (hoje nas reservas do museu). O original era menos volumoso e teria, aparentemente, uma cintura mais adelgada, donde pendia uma fita bordada. Esta última tem sido interpretada como fazendo parte da estola de um diácono, mas, como dissemos, falta a outra ponta para se poder concluir que seja um elemento de veste eclesiástica. Aliás, a sua posição central e o facto de aparecer isolada, pode simplesmente respeitar a um adorno laico. Um baixo-relevo fatímida, anterior a meados do século XI, proveniente de Mahdiyya e actualmente no Museu Nacional do

19 Uma alternativa, para a figura central (à esquerda na imagem, pois falta um dos lados), seria a representação de um dos reis do Antigo Testamento. Mas estamos mais inclinados para que se trate de uma representação laica, dadas as afinidades estilísticas com congêneres muçulmanas. Na arte islâmica, é frequente a representação do soberano ladeado de servos. Por outro lado, alguns personagens são apresentados igualmente com os cabelos longos, caídos sobre os ombros, como na pia de Játiva e em certos marfins cordoveses.

20 Isto na suposição, não confirmada, de que o objecto sustentado pela mão esquerda é realmente um livro. Ele está muito mutilado, pelo que é duvidosa tal identificação.

21 Em português, deu *gibão*. Numa das definições que encontramos para *aljuba*, diz-se: “Veste mourisca usada também pelos cristãos, consistente num corpo cingido na cintura, abotoada, com mangas, e falda que costumava chegar até aos joelhos”. As peças mais ricas eram rematadas nas orlas por galões bordados, tal como exibem os fragmentos remanescentes que faziam parte do remate inferior do relevo de S. João de Almedina (cfr. fig. 9.2).

Bardo, na Tunísia, mostra um príncipe acompanhado de flautista (fig. 9.2). Ambos personagens usam a dupla gola que surge na escultura coimbrã, apresentando-se o nobre senhor luxuosamente vestido. Na túnica curta sobressaem as bordaduras que rematam o tecido, muito próximas às da peça do MNMC. E, também como nesta, existe uma ponta vertical que desce do fecho do cinto, um adereço que pode ter sido replicado na escultura de S. João de Almedina. Esta última, além do mais, mostra uma ranhura paralela, ao lado direito de quem observa a ponta vertical do suposto cinto, e que pode corresponder à abertura central da falda do gibão (fig. 5.2). Pertence também à arte fatímida, dos séculos X-XI, uma cabeça em estuque encontrada nas escavações de Sabra al-Mansuriyya, hoje no Museu Nacional de Arte Islâmica, em Raqqada, Tunísia. Ela constitui um interessante elo de ligação entre a escultura figurativa omíada, de tradição laica, e suas presumíveis imitações hispânicas²². Este personagem, de que apenas hoje resta a cabeça (fig. 9.3), parece envergar um turbante e tem barba. Apesar de ligeiramente danificado, o rosto mostra o mesmo nariz, quase tubular, e os seus grandes olhos são como que sublinhados por umas arcadas supraciliares proeminentes, tal como se observam nas citadas figurações humanas da região de Coimbra, que datamos da época de D. Sesnando²³.

Pode considerar-se que estas ingénuas esculturas coimbrãs parecem seguir um modelo figurativo idealizado do soberano, de raiz laica e matriz islâmica, utilizado com fins propagandísticos. Tratava-se de um expediente já conhecido em Bizâncio e que foi replicado no mundo árabe, inclusive através da produção têxtil e da cerâmica (GOMEZ MARTÍNEZ 2015: pp. 10-22). A importância dos tecidos na transmissão dos modelos figurativos, com funções propagandísticas e de legitimação do poder, foi especialmente realçada por Miriam Ali-de-Uzanga, a propósito da túnica de Oña, cuja origem atribui às ligações a Córdova do 3.º conde de Castela, Sancho Garcia (ALI-DE-UZANGA 2012: pp. 1-10). A origem do alto-relevo figurativo, tal como aparece no ocidente peninsular, deverá remontar ao período omíada, onde figuras humanas e do bestiário embelezavam palácios, edifícios termas e outros. Esta arte ter-se-á transmitido através das produções fatímidas e, possivelmente, por observação directa de artistas orientais que migraram para a Ifríquia e a Hispânia. Tal não nos deve causar estranheza, nomeadamente a circunstância desta transmissão se ter passado, em Coimbra, do estuque para o calcário. Deu-se precisamente o mesmo com a escultura moçárabe da região de Lisboa, durante os séculos IX-X, onde se imita, na pedra, a decoração dos tecidos orientais e a própria interpretação plástica dos estuques omíadas (FERNANDES 2005b: pp. 265-280; REAL 2014: figs. 23-30). No que concerne à determinação do que quis representar o artista de S. João de Almedina, é tentador pensar que se trata de um retrato, tais são as semelhanças, na forma e no estilo, face às congéneres esculturas muçulmanas de conteúdo profano. Recorde-se que, entre os personagens de Montemor-o-Velho, um deles aparece coroadado, podendo representar o rei Afonso VI. Saber se em Coimbra estamos, ou não, perante o retrato do próprio Sesnando é uma hipótese assaz desafiante, mas sobre a qual pouco mais se pode adiantar. E a dúvida é, igualmente, legítima.

Regressando aos demais templos da cidade, adiantaremos que, relativamente às duas igrejas que se deslocaram do arrabalde para a medina – ou a esta regressaram? – após a reconquista da cidade por Fernando Magno, não se sabe ao certo em que momento preciso isso se deu. Mas é provável que tal tenha ocorrido já no primeiro quartel do século XII. O primitivo templo, de muito reduzidas dimensões

22 Uma prova da migração da arte figurativa do Médio Oriente para a Península Ibérica, pode encontrar-se também no estuque pintado com uma tocadora de *mizmar* ou flauta, do palácio de Dâr as-Sugrà, em Murcia (Museu de Santa Clara). O mesmo tema já aparecia, por exemplo, na figura feminina pintada num vaso de cerâmica de Sabra (Museu das Artes Islâmicas, Kairouan). A propósito, sublinhe-se, que o ambiente de corte na Coimbra sesnandina devia procurar imitar, de certo modo, o dos palácios fatímidas e abássidas. Segundo o *Livro das Calendas*, o próprio bispo D. Paterno deixou à Sé a sua flauta de prata ("*fistulam argenteam*").

23 Agradecemos a Patrice Cressier a cedência da imagem e a seguinte nota, que fornece dados mais precisos sobre esta peça: "il s'agit bien de stuc et non de terracotta (terme qui en italien comme en français désigne de la terre cuite). Nous le pensons d'époque ziride (fin Xe. ou plutôt même début XIe. siècle), moment où les Zirides gouvernent l'Ifrîqiya au nom des Fatimides". Os exemplares da região de Coimbra, acima referidos, são três de S. João de Almedina (o busto aqui estudado; o fragmento do sobrolho direito de uma outra peça escultórica; e a pequena cabeça encontrada durante as últimas campanhas arqueológicas), para além do mencionado capitel-pia de Montemor-o-Velho.

que, na medina, precedeu a *igreja de S. Cristóvão* – como se constata na planta esboçada por A. Filipe Simões, em 1870, quando os respectivos alicerces apareceram no interior do templo românico – parece-nos poder remontar à época da presúria do conde Hermenegildo Guterres. A cabeceira de triplas absides pode ser um indicador. Nada se sabe acerca da construção que António de Vasconcelos presumiu ter sido construída no tempo dos condes D. Henrique e D. Teresa, mas, a ser verdade, dificilmente seria uma igreja tão pequena. O certo é que, em 1116, já o templo do arrabalde tinha como patrono S. Bartolomeu e não S. Cristóvão, pelo que a transferência deve ter acontecido antes desta data. Aliás, tal está em conformidade com a primeira referência documental que dela conhecemos, em 1108 (ALARCÃO 2008: p. 93).

Quanto à data da transferência da *igreja de S. Pedro*, para o interior da medina, resta uma dúvida. Num documento de 1114, tal edifício parece fazer parte de um mosteiro (“*cimiterium ipsius supradicti apostoli*”), mas, pelas confrontações da propriedade a que diz respeito o diploma, não nos foi possível verificar se se trata da antiga igreja do arrabalde ou se já se refere à localização intramuros. Dois anos mais tarde, um outro documento indica que ainda seria no subúrbio, pois é referida “*infra ciuitatem*”. Porém, logo a seguir, o mesmo texto usa uma expressão diferente para localizar a igreja de S. Bartolomeu, que a coloca no “subúrbio”. Deixa-nos, assim, a dúvida se houve erro do escriba ou um problema de leitura do documento que chegou até nós, pois facilmente se poderá confundir “*infra ciuitatem*” com “*intra ciuitatem*” (AZEVEDO 1933: docs. 13 e 16).

A finalizar, são ainda de referir mais algumas igrejas dos arrabaldes, das quais há indícios de terem existido no tempo de D. Sesnando.

Muito próximo da porta de Almedina existiu, no século X, um *templo dedicado a Santa Cristina* (LT 1), que a maioria dos autores tem identificado com o antecessor da actual igreja de Santiago. Jorge de Alarcão desconfia desta relação, pois o documento a que ele se refere diz simplesmente situar-se “*secus murum ciuitatis Conimbrie*” (ALARCÃO 2008: pp. 76-77). A rubrica introdutória do documento, no cartulário de Lorvão, é que coloca o templo “*ad portam de almedina*”, mas pode ser apenas uma indicação da responsabilidade do copista. Por sua vez, o actual topónimo poderia não estar ainda consolidado à época, de modo identificar aquela precisa porta, e a expressão ser somente indicativa de que a igreja se situava junto a uma das entradas da cidade, designando a zona intramuros ainda como “al-medina”. Independentemente da identificação do local a que se reporta o texto do *Liber Testamentorum*, o certo é que pode ter existido um templo anterior, no sítio onde veio a ser construída da igreja de Santiago. Para Jorge de Alarcão seria a *igreja de S. Cucufate*, doada ao mosteiro de Lorvão em 957 (LT 17), sendo o templo reconsagrado a São Tiago (ALARCÃO 2008: pp. 271-273). A menos que tenha vindo de fora, como material de reaproveitamento – o que é pouco provável – foi encontrado na igreja de Santiago um importante indício de ter aí existido uma construção do período sesnandino (REAL 1974: p. 96). Nunca se deu grande relevância a esta peça, apesar de ser quase um *unicum*, com localização reconhecida, de um templo coevo do claustro de S. João de Almedina. Referimo-nos aos restos de um grande capitel, cortado e resculpido na face posterior, pelos construtores do actual templo. Tal escultura será proveniente da capela-mor, quando esta foi parcialmente demolida para alargamento da rua Ferreira Borges²⁴, e encontra-se finalmente exposto ao público no MNMC. Numa das faces, apresenta dois leões afrontados no meio de vegetação, típica da fase que A. Nogueira Gonçalves designou por Românico B, de Coimbra. Na parte traseira ainda se veem duas enormes volutas, que arrancam de um talo comum (fig. 10), muito semelhantes a outro capitel de menor dimensão, recolhido no mesmo museu, mas de proveniência desconhecida²⁵. Na doação do mosteiro da Vacariça à Sé de Coimbra, pelo conde D. Raimundo, em 1094, estiveram presentes cónegos de Santiago, mas o documento deve reportar-se

24 Cfr. Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra - Notas (1911), n.º 20.

25 Cliché fotogr. do MNMC n.ºs 869 e 5006.

a capitulares da catedral de Compostela, pois subscreveram também o bispo Dalmácio (1094-1096) e o seu futuro sucessor, Diego Gelmírez. A primeira referência segura ao Apóstolo, como patrono da igreja coimbrã, data de 1151 (REAL 1974: p. 176). No entanto, nada impede que a sua invocação seja anterior, já que de Montemor-o-Velho provém uma inscrição onde se menciona Santiago, não datada, mas que Mário Barroca atribui aos finais do séc. X (BARROCA 2000: n.º 7). Acreditamos, porém, que a evolução do orago possa ter acompanhado a derrota da comunidade moçárabe, face aos defensores da corrente gregoriana, tal como terá acontecido noutros templos da cidade.

Praticamente nada se sabe sobre a *igreja de S. Vicente*, doada em 972 ao mosteiro de Lorvão (LT 16). Apenas se conhece que ficava “*in arrualde Colimbriense*”. Serve esta referência para sublinhar que, ao contrário do mosteiro da Vacariça, o cenóbio laurbanense nunca chegou a ter propriedades intramuros, após a reconquista de Coimbra. Isto talvez se tenha ficado a dever aos problemas que a cidade conheceu, depois da tomada da região por Almançor. É provável que a aplicação mais rigorosa da *sharia* tenha obrigado os cristãos a abandonar os templos da medina, limitando o culto apenas em igrejas do arrabalde.

Discute-se ainda se no local onde se veio a implantar o mosteiro crúzio já existiria, ou não, uma *igreja dedicada a Santa Cruz* (ALARCÃO 2008: pp. 155-160). A veneração da Cruz do martírio já era praticada pela Igreja visigoda e teve grande fortuna na alta Idade Média, tanto no reino das Astúrias, como entre os cristãos do Andalus, cuja festa se encontra difundida em todos os calendários moçárabes (GARCIA RODRIGUEZ 1966: pp. 120-124). No entanto, não é inteiramente seguro que se trate de uma alusão a outro templo anterior, a referência a uma “*Sanctae Crucis ecclesie*” que, em 1131, estava a ocidente da almuinha que o bispo D. Bernardo vendeu a D. Telo para aí construir o mosteiro. Este terreno pertencera outrora à mãe do cônsul Sesnando, D. Susana – que a havia deixado à Sé, em testamento – e ficava junto aos banhos régios doados também por D. Afonso Henriques ao prior D. Telo, com o mesmo objectivo. Deveriam ser banhos públicos – a crer no sentido da expressão “*balneum ipsius civitatis*”, que aparece em 1110, seg. o LP 352, 382 e 455 – e podem ter tido um antecedente termal de época romana. Ao certo, sabe-se que a sua exploração estava a ser propiciada, senão mesmo fomentada pelo cônsul D. Sesnando, cuja família, pelos vistos, tinha propriedades no local. Pode até ter acontecido que esta elite dispusesse de uma área termal independente, para uso privado. A importância reconhecida ao referido equipamento balnear fez com que ele passasse da tutela condal para a da Coroa. Mas o papel desempenhado pelo alvazil, nos finais do século XI, ficou recordado na própria carta régia de 1130, que transfere para D. Telo a posse dos ditos banhos: “*illas balneas cum suis locis et terminis antiquis cum sua fonte et aqueducto sicut fuit in diebus alvazil domni Sesnandi*” (LS 122). Os termos em que é redigida esta passagem do documento dão a entender que se tratava de uma propriedade de dimensão apreciável. Contudo, é impossível saber se já na época de D. Sesnando haveria uma capela associada às termas, tal como então sucedia, por exemplo, nas caldas de Lafões (REAL 2013: pp. 213-214 e figs. 6-7) e, provavelmente, em São Jorge de Caldelas, em Santa Maria da Feira, documentada em 1097 (LP 290). É bem possível que sim. Todavia, a única referência documental susceptível de fundamentar tal hipótese anda associada à própria fundação do mosteiro de Santa Cruz, o que torna ambígua a interpretação do texto, pois tanto pode referir-se à igreja monástica em início de construção, como reportar-se a um eventual templo pré-românico que a tenha precedido.

A norte da cidade, no arrabalde de Celas, existiu ainda uma ermida edificada para perpetuar a *memória do lugar de martírio de Santa Comba*. Não seria a monja do mosteiro de Tábanos (Córdova), condenada à morte em 853, mas sim uma mártir local, cuja tradição estava ainda viva no século XII. As suas relíquias foram muito disputadas na Idade Média, vindo posteriormente parar à clausura feminina anexa ao mosteiro de Santa Cruz, onde existia uma epígrafe em caracteres unciais, a identificar o local de devoção (REAL 2009: pp. 243-247). O lugar onde se implantava a ermida primitiva era denominado, no período medieval, “*Vimaranis*” ou “*cellas de Vimaranes*”, o que faz recordar uma importante figura

coimbrã do século XI, o alvazil “Guimara”, que aparece a confirmar uma doação ao mosteiro da Vacariça (LP 141). Houve quem estranhasse a presença de um indivíduo com aquela dignidade ou função, antes da reconquista de Fernando Magno. Mas não será nada de anormal, tanto mais que tal magistratura é de raiz islâmica. A sua presença num acto relativo ao mosteiro da Vacariça pode explicar-se facilmente, se o considerarmos que se encontrava aí na qualidade de juiz dos moçárabes de Coimbra. É conhecido que, nos pactos com comunidades locais, as entidades islâmicas previram a manutenção de juizes próprios e bispos cristãos. Resta saber se este nobre moçárabe, documentado em 1046, terá sido o senhor do lugar onde estava construída a capela de Santa Comba. Mas tudo aponta para que a ermida estivesse já de pé no tempo de D. Sesnando.

Na outra margem do Mondego, há a assinalar dois outros locais que, em princípio, estarão ambos directamente ligados à figura do cônsul Sesnando. Um deles é o *mosteiro de São Jorge*, que Viterbo (‘Elucidário’ - s.v. Mirleu), citando a ‘Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes’ e a ‘Monarquia Lusitana’, lembra como no tempo do alvazil de Coimbra “se fundou o Mosteiro de S. Jorge d’apar de Coimbra na Mata de Mirlãos”. Frei António Brandão aludiu à fundação sesnandina nos Milreus, a qual, “estava perto de Coimbra”²⁶. E Frei Nicolau de Santa Maria foi mais longe, relatando circunstâncias milagrosas que determinaram o voto do alvazil, em fundar um mosteiro, e acrescentando, inclusive, que a primeira pedra fora lançada a 23 de Abril de 1084, com a presença do bispo D. Paterno. Não sabemos em que fonte se baseou o cronista agostinho, pois a mais antiga referência hoje conhecida parece datar de 1116 (FERNANDES 2005: pp. 333-338). No entanto, o autor anónimo de um artigo publicado no vol. I da revista *O Instituto*, deixou-nos algumas informações dignas de ponderação. Depois de procurar distinguir as partes lendárias sobre a origem do mosteiro, de outras que considerava credíveis, o responsável por esse estudo monográfico, mostrou ser conhecedor da evolução arquitectónica do edifício e acrescentou a seguinte nota: “A primeira igreja do mosteiro era de três naves, e tinha na capella-mor duas sepulturas de pedra metidas na parede; uma da parte do evangelho sobre quatro columnetas, em que jaziam os restos mortaes d’um filho do consul Sesnando; e a outra, no lado opposto, da família dos Alpões” (MOSTEIRO 1852/53: p. 156)²⁷. O autor baseou-se em dados colhidos por D. Nicolau de Santa Maria, pelo que se exige alguma prudência. Todavia, ainda hoje se conserva uma passagem com arco de ferradura, que parece poder atribuir-se à época em que Sesnando era senhor de Coimbra (fig. 11.1). Além disso, entre os materiais avulsos recolhidos no local, existe uma interessante imposta que dificilmente será posterior a 1100 (fig. 11.2). As pérolas que decoram as fitas, ao longo da face oblíqua do friso, são praticamente iguais às da coroa ostentada pela figura central do capitel de Montemor-o-Velho. E, no meio dos semicírculos formados pela parte visível das fitas, percebe-se se a existência de um pequeno folíolo triangular, com a ponta ligeiramente torcida e um breve sulco interior, que pode ser o que resta de uma palmeta de três ou cinco pontas, típica do “hispano-mauresco” do séc. XI. No seu conjunto, esta peça pode ser colocada em paralelo com as impostas do arco triunfal de S. Pedro de Soure, que já exibem uma ranhura de separação na dobra entre a parte vertical e a face oblíqua da imposta, e que, do ponto de vista plástico, abandonam o bisel e passam a tratar em dois planos motivos herdados do pré-românico. Além do mais, as impostas de Soure assentam em capitéis de acanto, cuja estrutura e ornamento se assemelham aos mais antigos da Sé de Braga, ainda dos finais do século XI²⁸.

Independentemente do que se disse sobre a antiguidade de S. João de Almedina, o conjunto de elementos aqui apresentados fazem-nos oscilar, uma vez mais, na opinião a respeito do verdadeiro local

26 Na verdade, encontramos referência a este topónimo em mais do que um lugar, na cidade de Coimbra. Ainda hoje o aludido mosteiro é conhecido também por S. Jorge de Milreu. Sobre a discussão toponímica, cfr. FERNANDES 2005: p. 333, nota 10.

27 Não podemos deixar de aqui referir que, na actual arca tumular, onde repousam os restos fúnebres de D. Sesnando, se diz que aí também estão recolhidas as ossadas de um sobrinho. Não seria antes os restos mortais de um filho natural, porventura oriundos do mosteiro de S. Jorge?

28 Agradecemos a Maria Luísa Azevedo a informação e a possibilidade de visitar o local. Efectivamente, o que resta do mosteiro de São Jorge de Mirleus é de uma riqueza surpreendente e nele ainda subsistem alguns vestígios que importam ao estudo da Coimbra de D. Sesnando, mas também das transformações sofridas por esta casa nos séculos XII e XIII.

de implantação para a nova igreja e mosteiro fundados “*in illos quos uocitant Mirleus*”. Será que a alusão a S. Miguel, numa das versões do testamento, foi também ela a responsável para desviar a atenção deste outro lugar dos Milreus? Não terá sido este mosteiro o verdadeiro desígnio do cônsul Sesnando, mantendo-se posteriormente como casa de uma ordem regular, mas adoptando outro orago no altar-mor e a regra de Santo Agostinho? Não custa a acreditar que estas mudanças possam ter ocorrido logo na primeira metade do século XII, por força da nova conjuntura que se seguiu à vitória dos reformadores de inspiração gregoriana. É sabido que o culto do Arcanjo teve grande predominância no seio da sociedade moçárabe, por ser considerado o príncipe das milícias celestes. Segundo Mário Gouveia, o culto de S. Miguel encontra uma “significativa representatividade nos calendários litúrgicos peninsulares até finais do século XI, época em que, graças à reforma que levou à adopção do rito romano, se verificam profundas alterações tanto na essência, como na vivência do santoral estabelecido” (GOUVEIA 2007: p. 82). Ora, tais alterações e o radicalismo da contenda que, em Coimbra, conheceu a disputa entre “hispanos” e “romanos”, podem ter determinado a mudança de orago para outro santo guerreiro: São Jorge. O culto deste último está documentado bem antes, mas com escassa difusão e sentido martirial. A sua implantação como santo guerreiro estava em curso no século XII. Assim o demonstra a devoção entre os cruzados, conduzida pela Igreja romana²⁹. A afinidade devocional entre os dois cultos está bem explícita na proximidade existente na dedicação de alguns templos em localidades vizinhas, por exemplo entre S. Miguel das Caldas de Vizela-S. Jorge de Vizela ou entre S. Miguel do Paraíso-S. Jorge de Selho. Esta distinção pode ter derivado da influência de uma devoção comum, exercida em momentos distintos pelas populações locais. A ser certa a mesma evolução de orago na igreja coimbrã da margem esquerda do Mondego, ela pode constituir – a par da derivação monástica para a ordem de Santo Agostinho e dos vestígios arqueológicos acima referidos – um argumento atendível para endossar ao mosteiro de São Jorge, junto à mata dos Mirleus, a fundação que tão enfaticamente aparece referida no testamento do cônsul Sesnando. No entanto, como veremos adiante, existem outros argumentos que apontam preferencialmente para o interior da medina.

Embora apelidada de “ermida” no século XII, a igreja de São Jorge fazia parte de um conjunto edificado mais amplo, no qual emergia uma torre defensiva. O autor do artigo monográfico que vimos a citar, deu ainda conta da existência aí, em meados do século XIX, de “um pequeno resto” de uma construção de fase anterior – que atribuiu à reforma quinhentista – e ainda duas epígrafes, uma das quais referente à sepultura de um tal “Salvador Guimariz”, que um documento de 1136 apontaria como senhor do mosteiro. Além disso, anotou que “juncto desta ruina, mas muito internada no monte, se levanta uma pequena torre quadrada, já bastante carcomida do tempo, que parece coeva da segunda igreja”. Ora, isto confirma o que diz o citado diploma de 1136, de acordo com o qual “*illa heremitica ecclesia Sancti Georgii... est constructa in finibus Colimbriae supra ripam fluminis Mondeci cum turri qui dicitur de Caniardo*” (MOSTEIRO 1852/53: pp. 155, n.1 e 157). O mesmo autor, no seu comentário ao documento, passou a designá-la por “Torre de Camardo”.

A tal torre já não existe, mas estava localizada no outeiro que domina este lugar, mesmo colado à antiga claustura. Desde logo, e apoiados também noutras informações documentais, podemos concluir que, naquela época, as igrejas dos arrabaldes eram construídas e aparelhadas como se fossem verdadeiras fortalezas, pois os campos de Coimbra corriam permanente risco de serem assolados pelas algaras muçulmanas. Basta lembrar o arsenal militar de que dispunha a igreja de S. Bartolomeu, em 1109, quando o presbítero Aires fez dela testamento ao mosteiro de Lorvão (AZEVEDO 1933: doc. 11). Anos mais tarde, também o mosteiro de Santa Cruz foi erguido dentro de uma muralha defensiva, autónoma da cerca da cidade, mas colada a esta, como dispositivo complementar de defesa. E já anteriormente, outra inequívoca fundação sesnandina evidenciava as mesmas características defensivas. De facto, já

²⁹ A popularidade de S. Jorge acentua-se a partir do Oriente, onde, entre os sécs. IX-XI, os santos “guerreiros” começam a ser representados com veste militar: São Demétrio, São Jorge, São Teodoro.

acima referimos que, com o intuito de povoar e de proteger a margem esquerda do Mondego, o cônsul Sesnando entregou a herdade de S. *Martinho do Bispo* a um moçárabe, acabado de chegar da terra de mouros (LP 28). A confirmação desta herdade ao abade Pedro ocorreu em 1080, precisamente na data do concílio de Burgos, que implantou oficialmente na Península a reforma gregoriana. Esta coincidência, tal como a da chegada do bispo Paterno à diocese, nesse preciso ano, pode ser encarada como uma tentativa consciente por parte de Sesnando, para defender a permanência do rito hispânico na sua região, já que sobre este pairava agora a ameaça da aliança estabelecida pelas Cortes peninsulares com Roma e Cluny. E, efectivamente, bastaram poucos anos para que a implantação do novo rito se concretizasse na diocese de Coimbra. Falecido D. Paterno e afastado da cátedra o bispo eleito D. Martinho Simões, logo após a morte do alvazil, uma série de instituições eclesiásticas anteriores – igrejas e mosteiros, por conseguinte, de moçárabes – foram obrigadas a integrar-se na obediência ao novo bispo, D. Crescónio, de formação cluniacense. É assim que o mesmo abade Pedro, em 1094, se viu forçado a doar à Sé de Coimbra a igreja de S. Martinho do Bispo, com todas as suas pertenças. No documento de cedência, este abade referiu-se à respectiva fundação que “*est constructa prope ipsam civitatem Colimbriam, ad Occidentale plagam, ultra flumen Mondecum... quam ego proprio meo censu funditos edificavi et, a primo fundamenti lapide usque ad consummationem tocius operis*”. Tratava-se, pois, de uma criação de raiz construída à sua custa, embora patrocinada pelo cônsul da cidade. E acrescentava que, entre as beneficiações feitas em redor da igreja, “*circumsepivi eam necessariis domibus... fecique ibi turrim defensionem commorantium*” (LP 32). Esta última nota confirma a existência de um cercado de casas, com sua torre, que defendiam a igreja. Por outro lado, mesmo sem atender à eventual identificação de S. Jorge com a igreja sesnandina dos Mirleus, o certo é que existe alguma afinidade entre as duas fundações coimbrãs da margem esquerda do Mondego. Elas evidenciam o mesmo processo de fortificação e podem ter sido coevas, já que obedecem a uma lógica comum para prover o povoamento e criar uma última linha de defesa em frente a Coimbra, para quaisquer investidas que pudessem surgir de território inimigo.

Acrescentamos ainda uma segunda nota sobre outro núcleo fortificado, já acima referido, embora distante do arrabalde de Coimbra e, por isso, fazendo parte do primeiro aro ou cintura defensiva mais exterior da cidade. Trata-se do castelo de Soure, o qual defendia a comunidade crescida em torno da *igreja de Santa Maria de Finisterra*. O próprio designativo “finisterra” evoca bem o contexto de fronteira em que durante largo tempo, no período da Reconquista, se encontrou este núcleo de povoamento. A sua origem pode remontar à época romana, como o parecem demonstrar algumas peças reaproveitadas em várias construções, notadamente no castelo. Aqui, numa das torres, foi reutilizada também a verga superior de um *ajimez*, que, apesar de incompleta, pela sua decoração deixa entrever um momento relativamente pacífico para os moçárabes da região, durante a primeira fase de domínio islâmico. Pelas suas características, enquadra-se claramente na corrente coimbrã dos sécs. VIII-IX (REAL 2020). Desse mesmo período, restam ainda alguns elementos de friso, com rosetas, círculos e botões talhados em bisel, ora inclusos, ora justapostos, num movimento sempre encadeado. Do primitivo templo nada mais se conservou. Ainda em época de domínio muçulmano, mas já sob a administração da taifa de Badajoz, o presbítero João e seus três irmãos foram autorizados a reconstruir o templo, o qual, em 1043, eles irão doar ao mosteiro da Vacariça. É significativo que, a caucionar esta transacção, apareçam em posição de destaque os representantes de dois outros mosteiros da região – Lorrvão (Penacova) e Ossela (Oliveira de Azeméis) – os quais são convocados a subscrever protocolarmente “*quos vidi*” e não, apenas, como simples confirmantes ou testemunhas do acto. Tal circunstância comprova a relativa tranquilidade de que então usufruíam estes centros eclesiásticos. Aliás, pode ter-se dado o caso da igreja até não estar necessitada de uma profunda remodelação. O templo, contudo, deve ter sofrido melhoramentos no respectivo mobiliário litúrgico, como o comprova a notável peça que aqui reproduzimos (fig. 12.1). O seu interesse deve-se, não apenas por ostentar uma rara cruz “patada” com remates angulares, mas, sobretudo, por exhibir um friso ornamental que utiliza as características palmetas hispano-maurescas, com pequenos folíolos laterais abertos em espiral, e três folíolos distendidos, e de movimento

divergente, ao centro³⁰. A comparação com uma placa de mármore de Medina Zahara é bem elucidativa (fig. 12.2), ficando a certeza de que esta peça só pode ser atribuída à 2.ª fase do moçarabismo coimbrão. É um dos raros exemplares desse período, até hoje identificados, tal como sucedeu com o friso vegetalista de S. João de Almedina atrás referido (fig. 3). Pela primeira vez, observa-se a influência de um léxico decorativo de raiz verdadeiramente islâmica, podendo assinalar-se, com estes exemplos, o momento da entrada na região de Coimbra dos modelos que vão estar na base da panóplia decorativa do portal românico da Sé Velha. Os autores da escavação arqueológica de Santa Maria de Finisterra não lograram identificar elementos atribuíveis a esta fase, nem mesmo à reconstrução levada a efeito no tempo de Martinho de Soure (LP 241 e *Vita*). Apenas aludem a estruturas posteriores ao século XV (CÔRTE REAL e BANDEIRINHA 1994: pp. 301-303), o que nos parece impossível. Observando imagens da escavação, verifica-se que não se construía assim, nem no românico, nem no gótico coimbrão. Encontrou-se muito remeximento e houve sobreposições, sem dúvida, sendo os enterramentos do interior seguramente bastante tardios. Porém, grande número das sepulturas descobertas na periferia imediata da igreja é de um tipo que tem expressão na alta Idade Média coimbrã³¹. Os elementos de coluna, a frágil estrutura dos muros e a própria planimetria do templo podem também ser atribuídos a uma fase bastante precoce, acaso, em grande medida, à reconstrução presumivelmente empreendida pelo presbítero Martinho e seu irmão Mendo Aires.

No tempo de D. Sesnando não parece ter havido qualquer intervenção significativa na igreja. Mas, segundo a '*Vita S. Martini Sauriensis*', a edificação do castelo é atribuída ao alvazil de Coimbra. Tal assunto já foi devidamente assinalado na Parte I deste estudo (FERNANDES e REAL 2019: p. 137). Porém, merece ainda lembrar uma observação inserta no 'Inventário Artístico de Portugal', não obstante as cronologias aí invocadas estejam em dissonância com o nosso ponto de vista, que é mais conforme às conclusões de Mário Barroca (BARROCA 1996/97: pp. 182-186). Diz-se sobre este castelo, a dada altura, que "o tipo de fortificação, castelo-alcáçova" é algo de novo, com o seu "quadrilátero de cortinas e de torres angulares destinado a residência" (CORREIA e GONÇALVES 1953: p. 216)³². É provável que o cônsul Sesnando lá tenha colocado alguém da sua confiança ou que destinasse esta inovadora praça-forte para sua própria estadia, em períodos estrategicamente justificados. Isto remete-nos para uma outra interessante questão e que tem passado despercebida, que é a da segura evidência de ter existido um palácio de Verão sesnandino, em Montemor-o-Velho, apesar dos escassos vestígios que deles nos restam.

O PALÁCIO DE VERÃO DO CÔNSUL SESNANDO

É seguro que o alvazil Sesnando tinha casa em Montemor-o-Velho, pois no seu testamento deixou três *acitaras* – velos ou cortinas – à sua filha Elvira e um número indeterminado delas à igreja de S. Miguel dos Mirleus, as quais "*sunt in Colimbría et in Monte Maiore*" (LP 78). Nesta passagem, o cônsul estaria a referir-se aos seus paços, que alternadamente utilizaria. Estava-se no ano de 1087. Tal impressão confirma-se por outro documento, de 1091, a propósito de um pleito entre o mosteiro de S. Pedro de Arouca e os respectivos herdeiros. Julgado na presença de D. Sesnando, o diploma alude expressamente à vinda "*de colimbría et de monte maiore de illo seniore aluazir*" (DC 746). A sua última estadia, segundo o documento, teria sido precisamente em Montemor.

Ora, estas duas referências impõem uma mais detalhada reflexão sobre as peças alto-medievais de Montemor-o-Velho, cujas características são de estilo claramente islâmico. Segundo um opúsculo editado pelo Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra ('Notas': Coimbra, 1911), encontravam-se expostas

30 Agradecemos a Francisco Pato de Macedo a informação, transmitida no longínquo ano de 1993, sobre a existência desta interessante peça.

31 Esta diversidade de opinião só viria a ser eventualmente esclarecida com a datação de ossadas das sepulturas mais antigas, o que, ao que parece, não foi ensaiado.

32 Deve recordar-se, no entanto, que Jorge de Alarcão tem uma diferente opinião. Para si, trata-se já de uma construção dos Templários, a quem a rainha D. Teresa doou Soure em 1128 (ALARCÃO 2019).

na primeira sala do museu, com o n.º 17, algumas peças da “época arabe”, as quais são descritas do seguinte modo: “Columna completa de mármore branco, descoberta dentro do recinto das muralhas do castello de Montemor-o-Velho; e dois fragmentos de decoração em gesso, que indicam terem feito parte de sumptuoso edifício”. Estes parcos testemunhos de um dos períodos mais brilhantes da história da *civitate Monte Maior* (LP 26) vieram posteriormente a dar entrada no Museu Nacional de Machado de Castro (fig. 7.1, 7.2 e 8.1). A estas peças há que acrescentar, ainda, um outro capitel depositado no Museu de Évora, “para onde terá sido levado por Augusto Filipe Simões em finais do século XIX” (TORRES e MACIAS 1998: pp. 68-69). Inicialmente, C. A. Ferreira de Almeida considerou o capitel do MNMC “da primeira parte do séc. XI”, tendo também admitido que os fragmentos de gesso “devem pertencer à mesma época” (ALMEIDA 1986: pp. 80 e 88). Anos mais tarde, invocando uma justa relação com a arte da Aljafería de Zaragoza e do palacete de Balaguer, veio a propor uma cronologia próxima de meados do século XI (ALMEIDA 2001: p. 48). Mário Barroca, no catálogo da exposição da Europália, faz uma circunstanciada descrição do capitel e, prudentemente, atribui-lhe uma cronologia genérica do século XI (BARROCA 1992: p. 207). Mais recentemente, Helena Catarino situa o capitel de mármore do MNMC nos “finais do séc. X, inícios do século XI” e sugere que pertencesse a uma desaparecida mesquita, da época de Almançor, que porventura teria dado lugar à igreja de Santa Maria pouco antes de 1095 (CATARINO 2009: pp. 120-121).

O castelo de Montemor-o-Velho caiu em poder muçulmano a 2 de Dezembro de 990, tendo resistido por três anos à tomada de Coimbra por Almançor. A crise que se instalou no al-Andalus, após a morte deste último, debilitou a fronteira setentrional do califado, tendo o conde Mendo Luz aproveitado a situação para reconquistar Montemor por volta de 1017, expulsando Froila Gonçalves, um dos condes cristãos que apoiaram Almançor e que ficara senhor da região entre Vouga e Mondego. Mas a segurança dos cristãos era ainda frágil. Foi então nomeado governador Gonçalo Viegas de Marnel, que exerceu o cargo entre 1017 e 1026. Neste último ano, o castelo de Montemor voltou a ser perdido. Mas a reocupação islâmica foi igualmente de pouca duração, já que o rei Afonso V de León continuava a exercer pressão na fronteira beirã (vindo inclusive a ser ferido de morte num assalto a Viseu) e, logo em 1034, Gonçalo Trastamires da Maia logrou apoderar-se da praça de Montemor, que foi definitivamente ganha para o lado cristão, trinta anos antes da reconquista de Coimbra.

Apesar de ter havido momentos de efectiva ocupação islâmica, está fora de causa atribuir a esse período a construção muçulmana evidenciada pelas poucas peças que até hoje sobreviveram, nomeadamente os fragmentos de gesso. Nem mesmo é admissível pensar nos meados do século, em que o poder cristão era ainda frágil e estava dominado por nobreza vinculada aos condes de Portucale. Quando muito, olhando apenas aos capitéis, poder-se-ia admitir o arranque de alguma construção desconhecida – uma mesquita, como sugere Helena Catarino? – durante os breves intervalos de reocupação islâmica. Daí poderiam ter vindo alguns materiais recuperados para uma nova função. Mas consideramos isso pouco provável. Os capitéis possuem características que até parecem vincula-los ao período califal³³, o que os pode fazer remontar originalmente aos finais do século X ou princípios do seguinte³⁴. Mas a reutilização de capitéis califais foi um fenómeno muito frequente no séc. XI, pelo que estes até podem ter sido importados de outro lugar para Montemor-o-Velho.

33 Há uma enorme afinidade estrutural, plástica e, até, de desenho, entre o capitel do MNMC e um dos capitéis de Medina Azahara, reproduzido no vol. 3 da *Ars Hispaniae* (GÓMEZ MORENO 1951: fig. 114). Só por estar mutilado na zona das volutas e na ponta dos pseudo-acantos é que o capitel de Montemor-o-Velho não aparenta estar-lhe tão claramente vinculado. Mas exhibe o mesmo tipo de ramagem, com um caule arborescente em cada face, donde saem três ramos em forquilha, o central transformado num émulo do antigo acanto e os laterais abrindo para os extremos, até se enrolarem no par de volutas. Embora deslocados para a parte central do capitel, reaparecem inclusive os mesmos bagos de uva que se observam nas volutas do primeiro. A diferença mais notória é a rigidez do caule central, que contrasta com os enroscados do capitel de Córdoba, mas existem outros exemplares com caules de acabamento mais simples, como capitel do Museu do Louvre, ref^a OA 5022, que contem uma legenda no ábaco datável de 961 d. C.. O primeiro modelo referido pertenceu ao chamado *Salon Rico*, que estaria a concluir-se em 956-957 d. C.. É possível que o capitel de favos de Montemor-o-Velho possa ser algo posterior, mas não temos base para o afirmar. Não é tão perfeito como os capitéis de Medina Azahara, porém ilustra ainda uma notória mestria no uso do trépano.

34 É esta a opinião de Patrice Cressier, para quem “les chapiteaux califaux à acanthe nid-d’abeilles sont, au bout du compte, assez mal connus et le moment exact d’apparition de ce parti décoratif imprécisément situé dans la seconde moitié du Xe s. sans que le moment de sa disparition n’ait fait, non plus, l’objet de recherches spécifiques (CRESSIER 2005: p. 179).

Em termos históricos, tão luxuosa construção só será compreensível a partir do momento em que a região foi pacificada, sob a liderança de um verdadeiro *dux* do perfil de Sesnando Davides. O seu estatuto de *cônsul*, além do mais, conferia-lhe um prestígio e dignidade que o aproximavam dos reis de taifa, alguns dos quais já eram tributários do rei Afonso VI. De certo modo, Sesnando era-lhes inclusive superior, dado que foi um dos agentes do rei de León para impor o sistema de *parias* a que eles ficaram obrigados (RODRÍGUEZ LATORRE 1996: pp. 245-249; ISAAC 2013: p. 121). E, precisamente, foi devido ao ouro arrecadado pelas *parias* – do qual os mais próximos do rei tinham direito a um quinhão ou sorte – que Sesnando terá tido as condições materiais e a ambição de se rodear do fausto que encontrara nas cortes dos reinos de taifa que visitou. E se, em termos históricos, tudo aponta para a época de governo moçárabe de Coimbra, no plano artístico não há a mínima dúvida a esse respeito. As peças recolhidas nos museus de Coimbra e Évora, em particular os fragmentos de gesso, integram-se claramente na produção hispano-mauresca peninsular do período das taifas e de que se conservaram exemplos, acima de tudo na Aljafería de Zaragoza, mas também em outros refinados monumentos da arquitectura palatina e religiosa de então, como o Castell Formós de Balaguer, a Mesquita Mayor de Almería, o Palácio Pinohermoso de Játiva, o Castillo de Cella em Teruel, o Palácio da Alcáçova de Málaga, etc. Nas suas deambulações por Sevilla, Granada, Toledo ou Zaragoza (ISAAC 2013: pp. 99, 118-121 e 126), o cônsul Sesnando terá tido oportunidade de apreciar o ambiente da corte ‘*abbadí*, o faustoso palácio de al-Ma´mun, mecenas das artes em Toledo, e talvez o próprio Bañuelo de Albaicín, em Granada. Este protótipo de banho público árabe, ainda hoje relativamente bem conservado, contém capitéis que muito se aproximam dos exemplares de Montemor-o-Velho (cfr. figs. 7.2 e 7.3). O edifício é considerado de época zirí, cuja dinastia se extinguiu em 1090. A data de construção não parece estar bem determinada, mas é-lhe atribuída uma cronologia próxima de meados da centúria. Admite-se, porém, que os capitéis de tipo califal aí existentes sejam reaproveitados, já que no edifício aparecem também peças de estilo mais avançado. Bem melhor conhecida é a evolução construtiva da Aljafería de Zaragoza. A erecção do palácio dos Banu Hûd deve-se a Abû Jâfar Ahmed ibn Sulayman (1048-1081)³⁵, o qual, a partir de 1065, passou a usar o título honorífico de *al-Muqtadir billâh*, que significa “O Poderoso graças a Allâh”. Ora esta menção legitimadora ou *laqab*, foi mandada lavar em várias zonas do palácio, inclusive num dos capitéis, o que demonstra ser a obra posterior àquela última data. Além disso, aceita-se que os trabalhos tenham sido continuados pelos sucessores de Abû Jabar, já que alguns especialistas encontram indícios de acabamentos tardios. É o caso de Gisela Kircher, que, relativamente às inscrições em gesso da Aljafería, afirma existirem uns preenchimentos “decadentes”, que podem datar de época posterior a al-Muqtadir, isto é, dos finais da centúria ou mesmo do princípio do séc. XII (EXPOSITO e PANO 1993: p. 64; ORTEGA, VILLAGORGO e CABAÑERO 1999: p. 455).

Quanto aos capitéis de Montemor, repetimos, podem remontar a um período ligeiramente anterior. Isso não deverá causar estranheza pois, tanto no Bañuelo de Albaicín, como na Aljafería de Zaragoza, parece ter sido prática o reaproveitamento de peças califais. Não sendo de descartar a possibilidade de alguns pexemplares serem cópias tardias³⁶, o certo é que na Aljafería existe uma diferença entre os capitéis de mármore “tan exactamente cordobeses que puede suponérselos importados” e os capitéis de alabastro, que “arrancan de lo califal en tipo y proporciones...mas luego evolucionan, desprendiéndose de la hoja de acanto ...[y creciendo] hasta más del duplo su proporción en altura respecto del ancho” (GÓMEZ MORENO 1951: p. 226). É admissível que Sesnando, numa das suas empresas guerreiras ou diplomáticas, possa ter importado capitéis originalmente califais ou, em alternativa, algumas imitações tardias, como deve ter sido o caso do palácio de Zaragoza.

³⁵ Daí que de *Jafar* ou *Yafar* tenha resultado *Aljafería*, para designar o palácio por si mandado construir.

³⁶ Temos encontrado exemplos, noutros contextos, de cópias que chegam a revelar uma diferença de dois séculos relativamente ao modelo original (REAL 2007: p. 167 e figs. 72-75).

A avaliação das cronologias da Aljafería é extremamente importante para o enquadramento histórico-artístico dos vestígios hispano-maurescos de Montemor-o-Velho. Será oportuno lembrar que, pelo ano de 1078, o cônsul Sisnando foi enviado, pelo rei Afonso VI, em missão diplomática junto de al-Muqtadir, o rei da Taifa de Zaragoza. Foi aí que teve o primeiro encontro com D. Paterno, procurando convencê-lo a transferir-se para Coimbra, dado que em Tortosa o prelado estava a sentir muitos obstáculos para cumprir a sua missão pastoral (MENÉNDEZ PIDAL 1969: v.2, pp. 766-767; ISAAC 2013: pp. 99 e 120-121). Esta informação é preciosa, na medida em que existe um estreito paralelismo entre os dois fragmentos de estuque de Montemor (Fig. 8.1), com os gessos dos palácios de Zaragoza e do vizinho castelo de Balaguer. Mais ainda, um dos citados fragmentos³⁷, de desenho muito específico, fazia parte de um conjunto de painéis que imitavam a decoração do tecto da alcoba da Aljafería, hoje pertencente ao Museu Arqueológico Nacional de Madrid (Fig. 8.2). No exemplar de Montemor sobressaem o eixo central com duplos ilhós, espaçados entre si, e as pinhas fusiformes. Mas o desenho ornamental nos dois fragmentos montemorenses é mais pesado e grosseiro, o que se acentua nomeadamente na execução das folhas. Os dados aqui reunidos são suficientes para demonstrar a perfeita articulação entre a viagem de Sesnando a Zaragoza e a mansão construída, no seu tempo, em Montemor-o-Velho. O senhor de Coimbra, além de convencer o bispo Paterno a transferir-se para a cidade do Mondego, terá logrado trazer também artífices formados na obra da Aljafería. É um dado que, até hoje, não estava bem esclarecido, mas o qual, juntamente com os relevos figurativos de S. João de Almedina e a pia de Montemor, vêm dar mais consistência à idiosincrasia moçárabe do cônsul Sesnando.

Resta perguntar onde se situaria esta mansão, que, ao gosto das elites da época, teria servido de palácio de Verão do senhor de Coimbra. É assunto que só a arqueologia poderá resolver em definitivo e que, desde agora, passa a constituir um desafio para as autoridades locais. Todavia, podem já adiantar-se duas pistas. No seu ensaio a respeito do culto de S. Miguel na religiosidade moçárabe, Mário de Gouveia salientou a circunstância de um documento de 1099 se referir ao juramento sobre determinado acto realizado alguns anos antes, ainda em vida de D. Sesnando, e que teve lugar em Montemor-o-Velho, na igreja da invocação do Arcanjo (GOUVEIA 2007: p. 95). O diploma, que chegou até nós em cópia do ‘Livro Preto’, localiza assim o referido templo: “*et juravit in Sancto Michael de Monte Maiore contra Porta Solis*” (LP 108)³⁸. Ora, é conhecida a devoção do cônsul Sesnando pelo Arcanjo S. Miguel, não sendo de admirar se, tanto a igreja, como o paço, fossem obra sua e estivessem localizados em proximidade. Por sua vez, João Aires de Campos no ‘Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra’, remete para o “Livro de Actas” da Comissão de Arqueologia do mesmo Instituto, onde consta que os estuques foram doados por Augusto Filipe Simões, em 1874, e que os elementos de coluna vieram a ser cedidos pela Câmara Municipal. Segundo anota, tais elementos “foram há anos descobertos nas ruínas de um edifício arabe, no alto castello de Montemór Velho, onde ao presente se acha construído o cemitério d´aquella povoação”. Quatro anos antes, nas suas ‘Relíquias da architectura romano-bysantina em Portugal’, o próprio Augusto Filipe Simões havia já fornecido uma nota a respeito destes achados, na qual acrescentava algo de interesse: “Nas excavações que n´estes ultimos tempos teem feito na parte mais alta do castello de Montemór-o-Velho para o cemitério que andam construindo, appareceram notaveis fragmentos de um edificio arabe que n´aquelle sitio outr´ora existiu. Foram um capitel, bases e columnas de marmore e ornatos feitos de certa massa em que predomina o gesso e a argila, como pela analyse verificou o sr. dr. Francisco António Alves”. Em primeiro lugar, o autor dá-nos conta de que as colunas e bases de mármore eram várias: assim ter-se-ão extraviado algumas ou estarão em qualquer museu sem proveniência atribuída. Por outro lado, assevera que o edifício se situaria no lugar onde estava a ser construído o cemitério, ou seja, a oriente da igreja de Santa Maria da Alcáçova³⁹. É uma possibilidade muito

37 Fomos informados que, infelizmente, há cerca de uma trintena de anos este fragmento se desfez, conservando-se o restante.

38 Esta localização não parece coincidir exactamente com a descrita no *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Coimbra*, segundo o qual, a capela se encontrava “um pouco a mais de meio da subida nascente do castelo”. No entanto, são referidos dados materiais sobre as respectivas ruínas (CORREIA e GONÇALVES 1953: p. 137).

39 Existem no arquivo da DGEMN fotografias relacionadas com este cemitério e, por plantas antigas, verifica-se que este se prolongava ainda por uma estreita faixa a norte da igreja.

forte, atendendo a que aí se localizaria a parte melhor defendida da Alcáçova, entre a torre de menagem e a igreja fundada ou reformada pelo presbítero Bermudo, por incumbência do cônsul Sesnando. Mas não é de descartar a hipótese de que os materiais aí descobertos se encontrassem deslocados, devido a obras no interior do castelo, e que o chamado Paço das Infantas possa ser o fruto de sucessivas remodelações e da ampliação do paço original. No dizer do autor que melhor estudou este recinto militar, a reforma da época manuelina do paço, “marca um momento de viragem” do castelo de Montemor-o-Velho, pois o arquitecto responsável “não hesitou truncar as estruturas militares para ampliar o espaço residencial deste paço régio” (BARROCA 2005: p. 119). Daí se deduz que o Paço das Infantas deveria ficar, por conseguinte, no interior da fortaleza românica, mas já fora da alcáçova primitiva, o que é um obstáculo à aceitação da segunda hipótese.

Seria importante que se retomassem pesquisas arqueológicas no local⁴⁰, sobretudo a leste da cabeceira da igreja de Santa Maria, onde em plantas antigas aparece uma espécie de aula rectangular, que pode ser memória sobrevivente de uma estrutura medieva. O prosseguimento das pesquisas é um desafio para as autoridades locais, na expectativa de se alcançar o melhor conhecimento de um dos momentos mais brilhantes da história de Montemor-o-Velho e da própria região de Coimbra, a respeito do qual se conserva pouco mais do que memória literária, já que a arqueologia alto-medieval – fora algumas notáveis excepções, como a do Pátio da Universidade – é ainda demasiado incipiente e escasseiam os vestígios materiais de tão ilustre época.

AS ARTES DECORATIVAS NA ÉPOCA DE D. SESNANDO

A finalizar merece uma breve menção a importância que as artes sumptuárias continuaram a ter nesta época, se bem que, face à maior densidade de documentação disponível, poderia parecer um período de menos fausto que os séculos IX-X. A razão desta diminuição relativa de citações de objectos de artes decorativas pode derivar, decerto, da circunstância de estarmos já numa época em que a gestão do povoamento deixou de ficar a dever-se apenas às grandes famílias condais. Doravante, a administração territorial passou a estar também a cargo de outros poderes intermédios, com menos capacidade de investimento. Por outro lado, verificou-se um esforço para a restauração de dioceses, mas em bispados que, até então, tinham perdido o apoio da autoridade régia e permaneceram, por isso, largo tempo sem bispo designado. Esta também terá sido uma das razões para a existência de uma maior contenção sumptuária, pois a capacidade económica das novas igrejas diocesanas era ainda limitada e exigiu, de início, um grande esforço de reorganização da sua parte, para garantir os necessários proventos⁴¹. Mesmo assim, existem alguns testemunhos interessantes, pois estamos a falar de Coimbra, capital de um consulado/ducado que, apesar de formação recente, tinha a confiança do rei Afonso VI, era liderado por um moçárabe ilustre e, apesar de ter passado por um período de sede vacante, possuía tradições eclesíásticas firmadas. Nesta época, parecem ser mais raras as menções da existência de peças importadas, nomeadamente tecidos orientais, mas na versão mais completa do testamento de D. Sesnando, este deixou à sua filha “*unum alvu alvuatu grezisco*” (LP 78). No mesmo documento são referidos não apenas vasos em ouro e prata, mas também a intenção de encomendar novas peças para ornamento da igreja. Entre estas, contam-se frontais, cruzes e cálices a produzir com base na fundição dos referidos vasos de metal. O alvazil reservou uma menção especial para a cruz relicário em ouro,

⁴⁰ Temos notícia de que se realizaram sondagens na zona nos finais da década de noventa, do século passado, quando se construiu a actual Casa de Chá. Todavia, não nos consta que tenham sido publicadas.

⁴¹ O processo de crescimento e consolidação do património da diocese fez com que a Sé de Coimbra pressionasse a transferência, para a sua órbita, de muitas igrejas próprias que estavam na posse de presbíteros e famílias patronais. Um exemplo disso é a doação da igreja de S. Paio e S. Emiliano – oragos claramente de devoção moçárabe – situada no local a que chamavam *Castro Laurelle* (hoje na Quinta do Prazo, ao vale de S. Paio e Saltadouro), entre Quiaios e Tavarede. Entre os bens desta igreja, que ficou na posse da Sé em 1099, constava o cálice e uns “*adpendentes signos ex metallis*” (LP 47).

que devia ser fabricada a partir do metal da baixela que destinara à igreja dos Mirleus, para receber a relíquia do Santo Lenho, guardada pelo prior da Martinho Simões. Através do *Livro das Kalendas*, sabe-se também que o bispo D. Paterno legou à Sé de Coimbra, além de livros preciosos, inclusive escritos em língua árabe, um vaso de prata com bálsamo, dois astrolábios e uma flauta também em prata. No mesmo obituário figura um outro doador, João Gosendes, que fazia parte do círculo de notáveis da corte do cônsul Sesnando, e mandou executar uma “*cruce[m] argenteam que portatur in processionibus*” (COSTA 1983: p. 54).

Esta alusão a encomendas do fabrico de peças de ourivesaria, por membros da elite moçárabe de Coimbra, pressupõe que na cidade, ou na sua órbita, haveria gente capaz para o concretizar. E, na realidade, a documentação local dá-nos conta da presença de um ourives que, pelo número de referências existente e por alguns actos em que figura, devia ser uma personagem com um estatuto social relevante⁴². Trata-se do ourives João Peres, ou *Jhoannes aurifex*, que figura em vários actos, logo a seguir ao prior da Sé ou ao juiz de Coimbra. Devia ser muito próximo do abade Pedro, de S. Martinho do Bispo, pois surge como testemunha na carta de submissão da respectiva igreja à Sé de Coimbra e, anos mais tarde, foi mesmo um dos destinatários da carta de povoação concedida aos habitantes do lugar. Possuía também bens fundiários em Vila Mendiga e em Coselhas. Analisando o conjunto de notícias sobre este ourives, verifica-se que ele está basicamente documentado entre 1086 e 1098. É possível que, com o progressivo afastamento das elites moçárabes da cidade, tenha sido também relegado para segundo plano. É o que faz pensar o seu isolado reaparecimento apenas em 1104 e 1108. No primeiro caso, o da carta de foro passada aos habitantes de S. Martinho, pelo bispo D. Maurício, parece poder concluir-se que o referido João Peres acabou por se instalar em terras que haviam pertencido à igreja fundada pelo abade Pedro. Quatro anos mais tarde, ele próprio participou como testemunha, em cerimónia idêntica, de concessão da carta de povoamento aos habitantes de Tentúgal, por parte dos condes D. Henrique e D. Teresa.

Em Coimbra, não chegou até nós qualquer peça deste período. Todavia, a cruz de ouro, “com o lenho da Sancta Vera Cruz”, mandada executar pelo cônsul Sesnando para a igreja de Milreus, parece ter ingressado na Sé entre os séculos XIV-XV, já que aparece no inventário de 1492 e não consta ainda no de 1339. A ser a mesma cruz, poderá ter sofrido arranjos posteriores, pois é descrita “*com hu[m] camaffeo e com doze pedras, com seu pendente de cendal e cordões com seus botões de seda*”. Na lista de 1339 surge ainda uma “*cruz de lavor mourisco chã, sem crucifixo, com que andam aa prociçom*” que necessitou de ser restaurada (COSTA 1983: pp. 80 e 141). Devia ser bastante antiga, para precisar de restauro.

A fim de se ter uma ideia de como seriam as cruces processionais dos finais do século XI, pode observar-se a de Vila Nova de Paiva, que está atribuída precisamente a uma oficina coimbrã. Seria obra do ourives João Peres? Quanto a vasos de origem moçárabe, se bem que cronologicamente anterior e mais integrado no mundo galaico-asturiano, é interessante referir o cálice da Sé de Braga, com a respectiva patena, que pertenceu aos condes D. Mendo Gonçalves e D. Toda (cf. SOALHEIRO 2000: peças nº 117 e 228).

CONCLUSÃO

Entre as disposições do testamento do cônsul D. Sesnando, o maior enigma tem a ver com a identificação da sua obra cimeira ou, pelo menos, aquela a que dedica especial atenção no respectivo testamento: a igreja de S. Miguel dos Milreus. Apresentámos três possibilidades, chamando a atenção para que o topónimo “Mirleus” tanto aparecia na parte alta da cidade, como na outra margem do Mondego.

42 LP 3, 20, 29, 32, 172,289, 385, 427, 430, 559; LT 20.

Embora não existam evidências irrefutáveis, a hipótese mais provável é a de uma fundação devocional, dedicada ao arcanjo S. Miguel, ao lado ou no próprio local da igreja de S. João de Almedina e cujo orago evoluiu após a vitória da facção romano-cluniacense, nos inícios do séc. XII. A invocação do Anjo justiceiro, a quem cabe conduzir as almas daqueles que, em vida, se mostraram dignos de aceder ao Céu, justifica as amplas liberalidades desse testamento para com a nova instituição, a qual deveria ser mantida por monges, cuja escolha Sesnando pede que venha a ser cuidadosa (“*inquirant abbatem bonum cum suis fratibus*” – LP 78). Escassos sete anos após o concílio de Burgos (1080), em que se abriu o processo de “europeização” da Igreja peninsular, D. Sesnando poderá estar-se a prevenir para que a escolha dos monges não recaia sobre agentes da reforma romano-cluniacense, de modo a que o mosteiro que acabara de fundar permanecesse alinhado com as tradições religiosas hispânicas. A selecção do local foi também criteriosa, pois era o sítio mais nobre da cidade, o do antigo *forum* romano. Por isso mesmo, é que os bispos de Coimbra aí vieram a instalar o seu palácio. Aliás, registre-se que também a igreja de S. Salvador era descrita em 1093, como estando situada “*juxta illos Milreos*” (LP 41).

Para além destas razões, pesa o facto de, na área do Museu Nacional de Machado de Castro, terem aparecido esculturas de vulto que, aparentemente, evocam um ambiente cortesão. No busto humano em que restam mais elementos, apesar de fragmentado e da sua rudeza plástica, reconhece-se um personagem com vestes segundo figurino islâmico, dignas da alta aristocracia. É bem possível que se trate de um retrato propagandístico do próprio *dux* Sesnando. Esta suposição ganha ainda maior credibilidade ao comparar-se a presente escultura com a possível pia de água de Montemor-o-Velho. Ela apresenta-se com uma forma esguia, quase semelhante a um capitel, onde aparecem esculpidas personagens laicas, uma delas coroada com diadema. A figuração é claramente cortesã e induz o necessário paralelismo com o retrato esculpido de S. João de Almedina. A interligação Coimbra-Montemor, só por si, também é argumento a favor de um patrocínio comum, a cargo do fundador de S. Miguel de Mirleus. Em Montemor, ele mesmo pode ter-se feito representar ao lado do monarca seu protector, a cuja corte pertencia e ao serviço do qual desempenhou importantes missões. A confirmar-se esta interpretação, teremos em Montemor-o-Velho também um retrato do mais alto dignitário do Reino, em vida do governador de Coimbra (a. 1091), o rei Afonso VI de Leão e Castela.

Por outro lado, a análise de alguns achados de Montemor há muito conhecidos, mas sem uma clara explicação de contexto, permite-nos associar ao palácio que o *dux* Sesnando possuiu naquela vila, os restos de estuque e de alguns elementos de colunas em mármore, parte das quais aliás desapareceu. Uma vez mais, aqui se divisa o fausto que rodeava a corte sesnandina, luxo esse que aparece confirmado pela informação documental respeitante a vários objectos de artes decorativas, onde a influência islâmica e oriental também está presente.

A razão para restarem tão poucos testemunhos materiais da época de Sesnando pode residir no facto de, com ele, se ter inaugurado uma fase de transição na história de Coimbra e sua região, fase essa que pouco tempo teve para se afirmar, pois foi subitamente interrompida pela entrada, impetuosa e agressiva, da corrente romano-cluniacense. São conhecidos os principais incidentes do conflito que se seguiu (ROSA 2000: pp. 433-440). Porém, haverá outros que a história não registou. Um deles pode ter sido a extinção forçada do mosteiro de S. Miguel de Milreus logo a seguir à morte de D. Sesnando (1091) e a apropriação episcopal de todo aquele espaço para instalar – ou ampliar? – o palácio dos Bispos, mantendo como anexa a “*ecclesia vocabulo Sancto Johanne*”, já documentada em 1093 (LP 456). É possível que a mudança de orago, na igreja-martirial mandada construir pelo cônsul D. Sesnando, tenha sido uma das imediatas preocupações do primeiro bispo gregoriano de Coimbra, D. Crescónio, nomeado precisamente no ano anterior, contra a vontade da comunidade moçárabe local. E não terá sido por acaso que o novo patrono foi S. João Evangelista (LP 636), à imagem da dedicação que os Papas escolheram para a basílica anexa à sua residência de Latrão.

Desta tentativa de revisão daquilo que se sabe a respeito da obra material do *dux* e *alvazir* Sesnando, resta ainda a certeza de que só no século XI é que começam a chegar à região os modelos islâmicos que vão estar na base da florescente escultura românica de Coimbra. Pela sua pertinência, merecem realce as duas peças avulsas descobertas no Museu Nacional de Machado de Castro e junto ao castelo de Soure (figs. 3 e 12a). Esta última deve ser algo anterior à nomeação de Sesnando para o governo de Coimbra, dado que pode estar relacionada com a fundação moçárabe do presbítero João e seus três irmãos, em S^a Maria de Finisterra (a. 1043). Mas insere-se já no processo de aproximação cultural ao Andalus, o mesmo que levou Sesnando à corte de al-Mutadid, em Sevilha, antes de passar ao serviço de Fernando Magno (Isaac, 2013: 97). Quanto à peça aparecida no Museu Nacional Machado de Castro, com vestígios de ter ficado inacabada, pode mesmo ter feito parte da fábrica do templo de S. Miguel de Milreus.

SIGLAS UTILIZADAS

- DC – *Portugalíae Monumenta Historica: Diplomatae et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências, 1867 e ss.
- DP – *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Particulares*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940 e 1980.
- LP – *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de C., 1999
- LS – *Livro Santo de Santa Cruz*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990
- LT – *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis (Estudios)*: León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2008
- DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
- MANM – Museo Arqueológico Nacional de Madrid
- MLR – Manuel Luís Real
- MNMC – Museu Nacional de Machado de Castro
- PAF – Paulo Almeida Fernandes

BIBLIOGRAFIA

- ALI-DE-UNZAGA, Miriam (2012), Embroidered politics: A case study between al-Andalus and Castilla. *Textile Society of America Symposium Proceedings*. Paper 655. Consultável em: <http://digitalcommons.unl.edu/tsaconf/655>
- ALARCÃO, Jorge de (2008), *Coimbra: A montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ALARCÃO, Jorge de (2019), Para a história de Soure, das origens ao séc. XII. *Anais Leirienses: Estudos e documentos*, 2. Leiria: Hora de Ler, pp. 27-49.
- ALARCÃO, Jorge de, et alii (2009), *O Forum de Aeminium: A busca do desenho original*. Coimbra: IMC, MNMC e Edifer.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986), Arte da Alta Idade Média. In *História da Arte em Portugal*, vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001), *História da arte em Portugal: O Românico*. Lisboa: Editorial Presença.
- ANDERSON, Glaire D.; PRUITT, Jennifer (2017), The three caliphates, a comparative approach. In FLOOD, Finbarr; NECIPOGLU, Gulru 8ed.), *A comparison to islamic art and architecture*. [S. l.]: Wiley Blackwell, pp. 227-249.

- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (2008), *Sacerdocio y Reino en la España altomedieval: Iglesia y poder político en el Occidente peninsular, siglos VII-XII*. Madrid: Sílex.
- AZEVEDO, Rui de (1933), *O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*. Lisboa: [s.n.].
- BANGO TORVISO, Isidro G. (2011/12), 'Hunctus rex'. El imaginario de la unción de los reyes en la España de los siglos VI al XI. *Cuadernos de Prehistoria y arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*.37-38. Madrid, pp. 749-766.
- BARRERA ANTON, Jose Luis de la (1984), *Los capiteles romanos de Merida*. Badajoz: Museo Nacional de Arte Romano.
- BARROCA, Mário Jorge (1992), 119.Capitel. In MATOS, Maria Antónia Pinto de (coord. do catálogo), *Nos Confins da Idade Média: Arte portuguesa, séculos XII-XV (Museu Nacional de Soares dos Reis. Porto, 13 Março 1992-26 Abril 1992)*. Lisboa: IPM, p. 207.
- BARROCA, Mário Jorge (1996/97), A Ordem do Templo e a arquitectura militar do século XII. *Portvgalia, Nova Série*, 17-18. Porto, pp.171-209.
- BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 3 vols. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BARROCA, Mário Jorge (2005), O Castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII. In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela-Porto: Câmara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 111-126.
- BORRÁS GUALIS, Gonzalo M. (1990), *El Islam de Córdoba al Mudéjar*. Madrid: Sílex.
- CAMPOS, João Correia Aires de (1877), *Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. 1873-1877*. Coimbra: Imprensa Literária.
- CARVALHO Pedro C. et alii (2010), Caminhando em redor do fórum de Aeminium (Coimbra, Portugal). In BASARRATE, Nogales (ed.), *Ciudad y foro en Lusitania romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 69-88.
- CATARINO, Helena (2009), Capitel califal [Montemor-o-Velho]. In EUSÉBIO, Maria de Fátima; SOALHEIRO, João (coord.), *Arte, poder e religião nos tempos medievais: A identidade de Portugal em construção*. Viseu: Câmara Municipal de V., Diocese de V. e Museu Grão Vasco, pp. 120-124.
- CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia (2006), Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coord.), *Al-Andalus, espaço de mudança: Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais. Homrnagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola: CAM, pp. 73-85.
- CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, António Nogueira (1952), *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes.
- CÔRTE-REAL, Artur; BANDEIRINHA, José António (1994), Adro do Castelo de Soure, Arqueologia e Arquitectura. *Bracara Augusta*, 45. Braga, pp. 299-312.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1983), *A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*. Coimbra: [s. l.].
- CRESSIER, Patrice (2005), Chapiteaux islamiques du Portugal (Traditions, créations, importations). In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela-Porto: Câmara Municipal de Palmela; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 175-194.
- CRUZ VILLALON, Maria (1985), *Mérida visigoda: La escultura arquitectónica y litúrgica*. Badajoz: Diputación Provincial.
- DAVID, Pierre (1943), *A Sé Velha de Coimbra das origens ao século XV*. Porto: Portucalense Editora.

- EXPOSITO SEBASTIAN, Manuel; PANO GARCÍA, José Luís (1993), El palácio musulman de la Aljafería. *Artigrama*, 10. Zaragoza, pp. 55-78.
- FERNANDES, Aires Gomes (2005), As relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge de Coimbra em tempos medievos. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 17. Lisboa, pp. 331-376.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2005), Visigótico ou moçárabe? O núcleo da alta Idade Média. In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela (coord.), *Construindo a memória: As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 267-293.
- FERNANDES, Paulo Almeida; REAL, Manuel Luís (2020), A construção e as artes ao tempo de D. Sesnando (Parte1). *Portugalia*, Nova Série, 41. Porto: FLUP, pp. 123-168.
- GARCÍA GARCÍA, Lorena (2014), *Monasterio de San Zoilo de Carrion de lo Condes: Arte e historia de un hito Cluniacense*. Palencia: Asociación de Amigos del Camino de Santiago de Palencia.
- GARCÍA RODRIGUEZ, Carmen (1966), *El culto de lo santos en la España romana y visigoda*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2015), Imágenes del cuerpo en el día a día de Al-Andalus. *digitAR: revista digital de arqueología, arquitectura e artes*. 2. Coimbra: CEAACP, pp. 10-22.
- GÓMEZ MORENO, Manuel (1951), El arte árabe español hasta los Almohades. Arte mozárabe, in *Ars Hispaniae*, vol. 3. Madrid: Editorial Plus-Ultra.
- GONÇALVES, António Nogueira (1951), *Estudos de História e Arte Medieval*. Coimbra: Epartur.
- GOUVEIA, Mário de (2007), S. Miguel na religiosidade moçárabe (Portugal, séc. IX-XI). In OTRANTI, Giorgio *et alii* (a cura di), *Culto e santuari di san Michele nell'Europa medievale*. Bari: Edipuglia, pp. 81-112.
- ISAAC, Francisco Maria Botelho Barata (2013), *Sesnando Davides: Alvazil, Cônsul, Estratega e Moçárabe*. Lisboa: Faculdade de Letras (Dissertação de Mestrado em História).
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramon (1969), *La España del Cid*, 7ª ed., Madrid: Espasa-Calpe.
- MOSTEIRO (O) de S. Jorge juncto a Coimbra (1852/53). *O Instituto*. 1. Coimbra, pp. 99-117.
- ORTEGA ORTEGA, Julián; VILLAGORGO RÓS, Carolina; CABAÑERO SUBIZA, Bernabé (1999), Hallazgos de yaserías islâmicas en Cella (Teruel). *Artigrama*, 14. Zaragoza, pp. 451-458.
- PIMENTEL, António Filipe (2005), *A morada da sabedoria: O Paço Real de Coimbra das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra: Almedina.
- REAL, Manuel Luís (1974), *A arte românica de Coimbra: Novos dados, novas hipóteses*. Porto (dissertação de licenciatura em História, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada).
- REAL, Manuel Luís (1995), Inovação e resistência: Dados recentes sobre a Antiguidade Cristã no ocidente peninsular. In TENA, Núria (ed.), *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica (Lisboa, 1992)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, pp. 35-96.
- REAL, Manuel Luís (2005), Mosteiro de Fráguas no contexto do pré-românico da Beira Interior (Portugal). In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela-Porto: Câmara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 275-292.
- REAL, Manuel Luís (2007), A escultura decorativa em Portugal: O grupo "portucalense". In Luís CABALLERO ZOREDA, Luís e MATEOS CRUZ, Pedro (ed.), *Escultura decorativa tardorromana y altomedieval en la Península Ibérica. 'Anejos de AEspA'*, 41. Madrid: CSIC, pp. 133-170.
- REAL, Manuel Luís (2009), Calvário e Investidura de Santo Ildefonso: Elemento do retábulo da mártir Santa Comba. In EUSÉBIO, Maria de Fátima e SOALHEIRO, João (coord.), *Arte, poder e religião nos tempos medievais: A identidade de Portugal em construção*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, pp. 244-247.

- REAL, Manuel Luís Real (2013), O castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. 12. Porto, pp. 203-230.
- REAL, Manuel Luís (2014), Reflexões sobre o moçarabismo no Gharb Al-Andalus: o caso português. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; LOPES, Virgílio; e MACIAS, Santiago (coord.), *Entre Roma e o Islão*. Mértola: C.A.M., pp. 244-426.
- REAL, Manuel Luís (2020), A ortodoxia romana dos moçárabes de Coimbra, através da escultura ornamental. *Arqueologia Medieval*, 15. Mértola: CAM; Edições Afrontamento, pp.147-180.
- RIBEIRO, João Pedro (1860), *Dissertações chronologicas e criticas...* Lisboa: Academia Real das Ciências.
- RODRÍGUEZ LATORRE, Luis Eduardo (1995), Ingresos monetários en concepto de parias en el reino de Navarra: Repercusiones políticas, económicas, sociales y culturales. In IGLESIA DUARTE, Jose Ignacio de la (coord.), *V Semana de Estudios Medievales. Nájera*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, pp. 241-253.
- ROSA, Maria de Lurdes (2000), A religião no século: vivências e devoções dos leigos. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História religiosa de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 423-505.
- SILVA, Ricardo Costeira da (2014), A cerâmica dos níveis alto-medievais do Fórum de *Aeminium* (MNMC, Coimbra). In DE MAN, Adriaan e TENTE, Catarina (coord.), *Estudos de cerâmica medieval: O norte e centro de Portugal - séculos IX a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 79-97.
- SIMÕES, Augusto Filipe (1870), *Relíquias da architectura romano-byzantina em Portugal, particularmente em Coimbra*. Lisboa.
- SIMÕES, Augusto Filipe (1875), *Da architectura religiosa em Coimbra durante a Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SIMONET, Francisco Javier (1983), *Historia de los mozárabes de España*, 4 vols. Madrid: Ediciones Turner.
- TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1998), *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VIÑAYO GONZALEZ, Antonio (1999), *Fernando I, el Magno. 1035-1065*. Burgos: Editorial Olmeda.
- YARZA LUACES, Joaquín; BOTO VARELA, Gerardo (2003) (coord.), *Claustros românicos hispanos*. León: Edilesa.



Fig. 1: Claustro de S. João de Almedina, Coimbra (cl. MLR).



Fig. 2: Capitel encontrado junto à porta setentrional do MNMC, na Rua de S. Salvador (cl. MLR).



Fig. 3: Peça altomedieval descoberta no MNMC. Rejeitada como apoio de cancela no séc. XI, teve reutilização na obra românica de S. João de Almedina (adaptado de cl^o. MNMC).



Fig. 4: Capitel figurativo da igreja de S. João de Almedina (cl. MLR).



Fig. 5.1: Parte superior de uma escultura de rosto encontrada no MNMC, datável da época de D. Sesnando. Tratar-se-á do retrato de um alto dignitário, trajado à civil, à maneira muçulmana; **5.2:** Reconstituição da parte inferior da mesma escultura, com base em fragmentos, hoje nas reservas do Museu: reproduz bem o remate das vestes, mas não é segura a existência de um livro na mão esquerda do personagem. Modelo em gesso, da autoria do escultor António Duarte (cl.º MLR).



Fig. 6: Figuras humanas em baixo-relevo, de uma pia com possível uso laico. O seu aspecto esguio, como se fosse um capitel, faz pensar que assentaria num pé em forma de coluna ou, mesmo, completando figuras a corpo inteiro (cl. MLR).



Fig. 7.1;7.2;7.3: Coluna árabe em mármore, que terá pertencido ao palácio de D. Sesnando, em Montemor-o-Velho; Pormenor do capitel califal, associado à coluna de Montemor-o-Velho (cl.º MLR); Capitel califal do Bañuelo de Albaicin, em Granada (cl. Turismo de Andalucía).

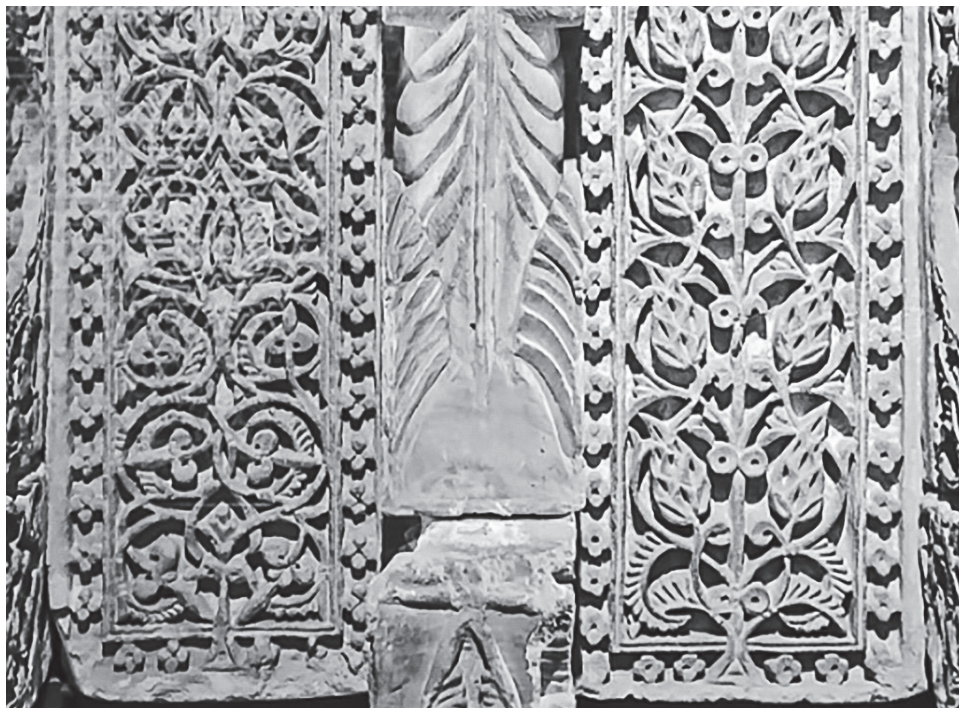


Fig. 8.1; 8.2: Fragmentos de estuque que serão provenientes do palácio de D. Sesnando, em Montemor-o-Velho (adaptado de cl^o. MNMC); Painéis decorativos associados ao tecto da alcoba da Ajaferia de Saragoça, actualmente no Museo Arqueológico Nacional de Madrid.



Fig. 9.1; 9.2; 9.3: Retrato em gesso do califa Hishâm, em Qasr al-Hayr al-Gharbi (Síria), vestindo uma túnica ricamente bordada ao nível dos joelhos (adaptado de *Syrie*. Institut du Monde Arabe); Baixo-relevo em mármore, de Mahdiyya, no Museu do Bardo, Tunísia; Cabeça em terracota encontrada em Sabra, no Museu de Raqqada, Tunísia (cl. Patrice Cressier).

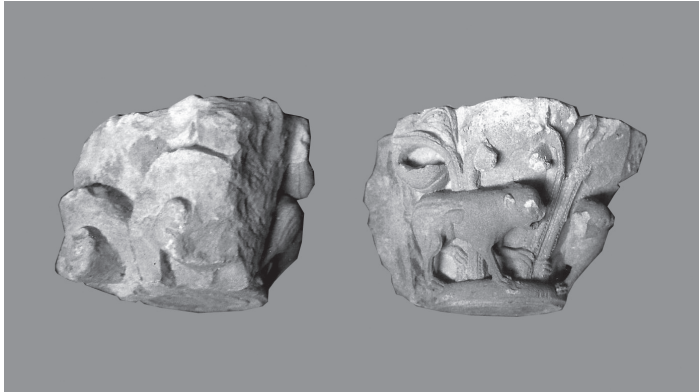


Fig 10: Capitel românico da igreja de Santiago de Coimbra, no MNMC, que reaproveita um outro do período condal, do qual se observam, na face posterior, duas enormes volutas (cl. MLR).

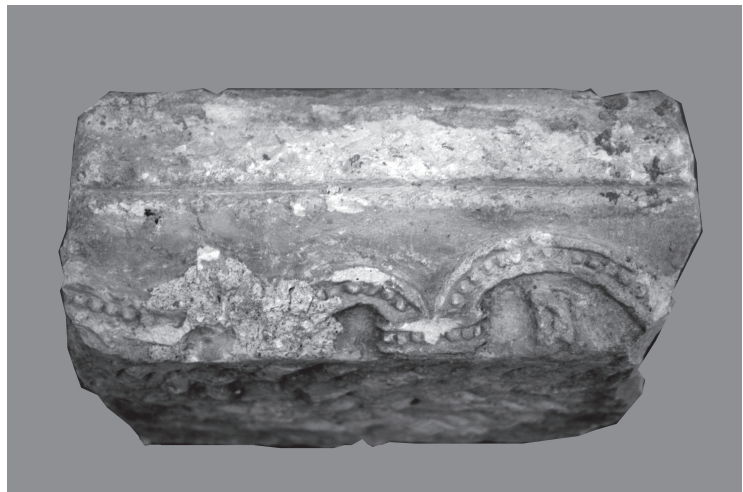


Fig. 11.1; 11.2: Arco do antigo mosteiro de S. Jorge de Coimbra, de ligeiro traçado em ferradura; Imposta decorada do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, estilisticamente mais antiga que as restantes peças avulsas conservadas no local (cl.º MLR).



Fig. 12.1; 12.2: Fragmento de cancela do séc. XI, encontrado nas imediações do castelo de Soure (cl. MLR); Vista parcial de uma pilastra em mármore, procedente de Madinat al-Zahra (adaptado de Borrás Gualis). Cfr. o friso vegetalista da placa de cancela com as volutas inferiores do painel omíada.